



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ISABELA ARAÚJO DOS SANTOS

**O LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO TERRITÓRIO EM DISPUTA: A IDEOLOGIA
DO AGRONEGÓCIO E DO CAMPESINATO**

CAJAZEIRAS – PB

2024

ISABELA ARAÚJO DOS SANTOS

**O LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO TERRITÓRIO EM DISPUTA: A IDEOLOGIA
DO AGRONEGÓCIO E DO CAMPESINATO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- Campus de Cajazeiras-PB.

Orientador (a): Professora Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.

CAJAZEIRAS-PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S2371 Santos, Isabela Araújo dos.
O livro didático enquanto território em disputa: a ideologia do Agronegócio e do campesinato / Isabela Araújo dos Santos. – Cajazeiras, 2024.
61f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2024.

1. Geografia agrária. 2. Agronegócio - Ideologia. 3. Livro didático - Geografia Agrária. 4. Geografia escolar. 5. Espaço agrário - Formação. 6. Agricultura camponesa. I. Oliveira, Mara Edilara Batista de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 9111.3:631

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ISABELA ARAÚJO DOS SANTOS

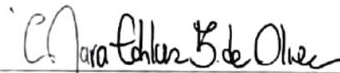
**O LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO TERRITÓRIO EM DISPUTA: A
IDEOLOGIA DO AGRONEGÓCIO E DO CAMPESINATO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em Geografia da Unidade
Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do
Centro de Formação de Professores (CFP), da
Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG), Campus Cajazeiras – PB.

Orientador (a): Professora Dra. Mara Edilara
Batista de Oliveira.

TCC aprovado em: 12/07/2024

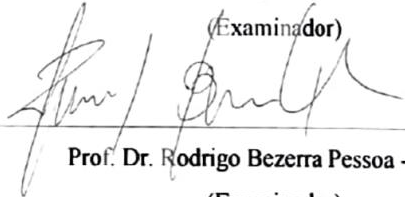
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira – UFCG
(Orientadora)



Prof. Dr. Aldo Gonçalves Oliveira - UFCG
(Examinador)



Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa - UFCG
(Examinador)

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu noivo,
que tanto me apoiaram e me incentivaram durante a
trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre estar ao meu lado e por me proporcionar a perseverança, não me deixando fraquejar durante a trajetória. Durante o caminho, tive muita vontade de desistir e foi ele que me fez seguir em frente.

Aos meus pais, por estarem sempre comigo me auxiliando e me apoiando. Sem vocês, eu não chegaria até aqui.

Ao meu amigo, companheiro e noivo Hedu Andrade, por todo incentivo, apoio durante a graduação e a paciência que tens comigo.

A minha querida orientadora Professora Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira, por todo o incentivo, paciência e contribuições durante a minha trajetória no curso e por ter aceitado orientar a construção desse trabalho.

A banca examinadora, composta pelo professor Dr. Aldo Gonçalves e pelo professor Dr. Rodrigo Pessoa o por todas as contribuições e ensinamentos ao longo do curso.

Aos amigos que fiz durante o curso Ana Carolina, Francisco Antônio, Maria de Fátima, Maria Vitória e Rafael, vocês foram essenciais para que o curso fosse menos árduo.

E por fim, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para que meu sonho se tornasse possível.

“Você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui, percorri milhas e milhas antes de dormi, eu não cochilei...”

(Cidade Negra- A estrada)

RESUMO

Essa pesquisa trata-se de um estudo das temáticas do campo no contexto da Geografia escolar. Diante disso, a pesquisa busca entender sobre o processo de formação do espaço agrário no Brasil, com o intuito de discutir como as bases que sustentam o agronegócio no Brasil se encontram enraizadas na sociedade desde o processo de colonização, em seguida traz uma análise dos conteúdos agrários nos livros didáticos e as possibilidades de ensino das temáticas do campo. Nesse sentido, este trabalho tem como principal objetivo entender como a ideologia do agronegócio está presente na sociedade. Para alcançar os objetivos do trabalho buscamos investigar os pilares que sustentam o agronegócio diante da sociedade, através de diferentes conceitos e teorias sobre o tema, analisamos como os temas agrários estavam presentes na coleção de livros “por dentro da geografia” da editora Saraiva aprovada pela PNLD de 2020. Por fim construímos cinco sequências didáticas com os temas presente nos livros analisados. A metodologia aplicada trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, também de forma documental com a análise de documentos que regem as políticas dos livros didáticos. A pesquisa ocorreu entre os meses de janeiro e junho de 2024, apoiada em autores, tais como: Bezerra (2009); Canuto (2004; 2009); Camacho (2014); Freire (2016); Moreira (2011); Silva (2018), entre tantos outros.

Palavras-chave: Geografia agrária. Ideologia. Agronegócio. Ensino.

ABSTRACT

This research is a study of field themes in the context of school Geography. In view of this, the research seeks to understand the process of formation of the agrarian space in Brazil, with the aim of understanding how the bases that support agribusiness in Brazil are rooted in society since the colonization process, then brings an analysis of the contents agricultural topics in textbooks and the possibilities for teaching rural themes. In this sense, this work's main objective is to understand how the ideology of agribusiness is present in society. To achieve the objectives of the work, we sought to investigate the pillars that support agribusiness in society, investigating different concepts and theories on the subject, we analyzed how agrarian themes were present in the collection of books “inside geography” from Saraiva publishers and we constructed five didactic sequences with the themes present in the books analyzed. The methodology applied is bibliographical research with a qualitative approach, also in a documentary form with the analysis of documents that govern textbook policies. The research took place between January and June 2024, supported by authors such as: Bezerra (2009); Canuto (2004, 2009); Camacho (2014); Freire (2016); Moreira (2011); Silva (2018), among many others.

Keywords: Agrarian geography. Ideology. Agribusiness. Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxo do Agronegócio no Brasil

Figura 2- Obra “Por dentro da Geografia” (6º ano)

Figura 3- Definição de Agricultura Familiar utilizada no Livro “Por Dentro da Geografia”

Figura 4- Abordagem da pecuária industrializada no livro “Por Dentro da Geografia”

Figura 5- Obra “por dentro da Geografia” (7º ano)

Figura 6- Abordagem dos problemas socioambientais causados pelo modelo de produção agrícola.

Figura 7- Obra “Por dentro da Geografia” (8º ano)

Figura 8- Abordagem de questões agrárias no 8º ano

Figura 9- Obra por “Por dentro da Geografia” (9º ano)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Conteúdos agrários presentes na coleção: “Por dentro da Geografia”.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EUA Estados Unidos

UDR União Democrática Ruralista

CNA Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

SNCR Sistema Nacional de Cadastro Rural

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBAMA Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

FUNAI Fundação Nacional dos Povos Indígenas

CNLD Comissão Nacional do Livro Didático

COLTED Comissão do Livro Técnico e Livro didático

INL Comissão Nacional do Livro

FENAME Fundação Nacional do Material Escolar

PNLD Programa Nacional do Livro Didático

LD Livro Didático

SD Sequência Didática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. O LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO ESPAÇO EM DISPUTA AGRONEGÓCIO VERSUS A AGRICULTURA CAMPONESA.....	14
1.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: APROPRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO.....	14
1.2 O TERMO “AGRONEGÓCIO” E OS SEUS PRESSUPOSTOS.....	17
1.3 O LIVRO DIDÁTICO E A ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE DESCONSTRUÇÃO DAS BASES IDEOLÓGICAS DO AGRONEGÓCIO	21
2. OS LIVROS DIDÁTICOS E A ABORDAGEM DE CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA.....	25
2.1 BREVE HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO	25
2.2 O LIVRO DIDÁTICO E A GEOGRAFIA AGRÁRIA	29
2.3 O ENSINO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA E A IMPORTÂNCIA DE CONTROLE DE SABERES	31
2.4 A GEOGRAFIA AGRÁRIA NA COLEÇÃO “POR DENTRO DA GEOGRAFIA” 6º AO 9º ANO	35
3. OUTRAS POSSIBILIDADES NA ABORDAGEM DE CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: PARA ALÉM DO LIVRO DIDÁTICO.....	43
3.1 SUPERANDO AS LIMITAÇÕES IDEOLÓGICAS DO LIVRO DIDÁTICO: O PAPEL DO PROFESSOR CRÍTICO	44
3.2 SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS E PROPOSTAS DE AULAS	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

Quando analisamos a ciência geográfica podemos perceber o quanto ela é ampla e que as organizações espaciais, passam por mudanças ao se tratarem de elementos naturais e sociais. Ao tratarmos da Geografia agrária esse tema engloba diversas escalas de ordem econômica, ambiental, histórica e social, abrangendo assim diversas áreas do saber. Diante disso, a geografia agrária e o ensino das temáticas do campo através do livro didático são a área em que se insere esta pesquisa.

O presente trabalho emerge, através de diversas motivações pessoais para que assim pudesse ser escolhido esse tema. Em primeiro momento, sempre houve uma identificação com a geografia agrária. No momento de cursar a disciplina na graduação o mundo estava passando por uma pandemia, a Covid-19, onde o curso e o sistema de ensino se viram obrigados a possuir aulas ministradas de forma remota. Apesar dos contratemplos, a professora ministradora da disciplina de Geografia agrária, sempre debateu os temas agrários em suas aulas de forma inspiradora, mas também com diversos questionamentos pertinentes, mostrando uma perspectiva diferente sobre os temas da disciplina e sua importância, me fazendo ter um olhar mais aprofundado e também reflexões sobre o espaço agrário.

Outra motivação surgiu através do interesse nos livros didáticos, instrumento bastante importante para auxiliar professores na preparação das aulas e que, além disso, sempre despertou interesse desde o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Sendo assim, partimos para um questionamento inicial e uma problemática: quais são as bases que sustentam o agronegócio no Brasil? Como os professores podem trazer uma abordagem desses temas para as aulas? Esses fatos despertaram desejo de contribuir no ensino da geografia agrária em sala de aula. Através da abordagem de diversos estudos sobre a disciplina citada, assim como sugestões didáticas que os professores podem utilizar para complementar suas aulas na educação básica.

Temos como objetivo geral do presente estudo: analisar como a ideologia do agronegócio se faz presente na nossa sociedade. Como objetivos específicos: apresentar o processo de formação do espaço agrário brasileiro e a constituição de bases ideológicas que sustentam a questão agrária hoje como o livro didático; analisar como os conteúdos programáticos e as temáticas em torno do espaço rural estão apresentados no livro didático (coleção “por dentro da geografia”); por fim, apresentar propostas de sequências didáticas

para o ensino dessas temáticas em sala de aula a fim de que o professor possa ir além do uso do livro didático e possa fortalecer uma ideologia camponesa no ensino de Geografia.

Os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos do trabalho, ocorreram em torno de quatro meses, através da pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa através de discussões sobre a temática. A pesquisa também ocorreu de forma documental com análise de documentos que regem as políticas dos livros didáticos, e em seguida análise dos livros selecionados.

De início, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão através de (livros, trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações e artigos científicos), por meio do Google acadêmico, Scielo, periódicos Capes e a biblioteca virtual da UFCG. Logo após se deu início às leituras dos textos selecionados para que assim fosse construído o referencial teórico do trabalho, assim como a construção de ideias para os capítulos da monografia.

Dessa forma, essa pesquisa se estrutura em três capítulos. De início temos uma introdução onde está abordada a temática trabalhada, as motivações pelo tema trabalhado, perguntas que problematizam o estudo, justificativa, os objetivos e a metodologia utilizada, permitindo assim uma melhor compreensão da pesquisa.

O primeiro capítulo traz um contexto histórico sobre a formação do espaço agrário no Brasil, problematizações acerca do termo agronegócio, quais são as bases que os sustentam no país e qual o papel da escola na construção e desconstrução das ideologias criadas por esse sistema.

No segundo capítulo apresentamos um histórico da trajetória do livro didático no Brasil, qual a importância do ensino da geografia agrária e o controle de poder na formação dos alunos da escola básica. Por fim, como a temática está disposta na coleção “POR DENTRO DA GEOGRAFIA” da editora Saraiva.

No terceiro capítulo, apresentamos possibilidades de ensino para as temáticas do campo, como os professores podem complementar o conteúdo do livro através de cinco sequências didáticas para trabalhar os conteúdos da Geografia agrária. As sequências foram elaboradas com o objetivo de complementar os conteúdos abordados pelos livros de uma forma mais didática para trabalhar com os alunos.

E por último, nas considerações finais do trabalho de conclusão de curso é apresentada uma síntese das principais ideias expostas.

1 O LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO ESPAÇO EM DISPUTA AGRONEGÓCIO VERSUS A AGRICULTURA CAMPONESA

Ao longo deste capítulo, buscamos fazer uma análise acerca da formação do espaço agrário no Brasil, um país conhecido como celeiro do mundo. Será apresentado também, reflexões acerca do conceito de agronegócio e como este sistema funciona através de pilares de uma ideologia dominante na nossa sociedade. Por fim refletiremos sobre o papel da geografia escolar na construção e desconstrução da ideologia do agronegócio, tendo em vista que a educação não é neutra e que ocorre a necessidade de entender os modos de produção presente na sociedade.

1.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: APROPRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Vigora hoje na sociedade brasileira uma clara disputa ideológica de poder, travada entre o agronegócio e a agricultura camponesa que influencia diretamente a formação do espaço agrário brasileiro. Essa disputa tem suas origens na própria formação do país, diante disso os embates entre essas duas formas de organização de produção no campo devem ser estudados e analisados enquanto realidades construídas e modificadas historicamente. Torna-se necessário recorreremos neste capítulo a períodos anteriores da nossa história de formação espacial para que possamos compreender quais são as condições históricas que regulam o acesso a terra e como tudo isso condicionou a atual questão agrária no Brasil. Para tanto, em um primeiro momento, nos apropriamos dos posicionamentos de Ruy Moreira (2011) e de Carlos Walter Porto Gonçalves (2012) que trazem reflexões importantes relacionadas a os processos de colonização.

Em primeiro momento os colonizadores ao pisarem em solos brasileiros encontram um território habitado pelos povos originários, a terra cheia de riquezas ali encontrada possuía habitantes que estavam organizados em comunidades autônomas, onde a identidade era definida por falarem a mesma língua e compartilhar os costumes. As terras que eram ali encontradas eram terras comuns, pois não existia propriedade privada (Moreira, 2011).

Ao chegarem a terras brasileiras os portugueses não ocuparam o território imediatamente, pois estavam interessados em objetos de uso mercantis que não existiam no Brasil e sim no oriente, mas foi através do comércio que se iniciam as primeiras atividades extrativistas concentradas na retirada de madeira do pau Brasil. Para isso contaram os

portugueses, europeus e franceses, que circulavam o litoral brasileiro com o auxílio de indígenas. Depois de um primeiro contato adotaram a prática de escambo que consistia na troca de objetos de baixo valor monetário, para assim se utilizar das riquezas e trabalho dos indígenas.

Devido à intensa exploração da madeira com técnicas rudimentares houve a destruição de matas nativas, ficando assim uma costa já conhecida por outros navegantes, o que estava vulnerável a ataques, dessa forma a metrópole estaria ameaçada, fazendo com que a forma de ocupação se consolida pelo povoamento e pela colonização (Moreira, 2011).

A qualidade de grande parte dos solos brasileiros e o clima do país eram promissores para o plantio da cana-de-açúcar um produto escasso, com grande valor comercial, dando início a um período que ficou caracterizado por mudar as relações com os indígenas e a Terra, dando início a o processo de escravidão e a divisão de terras. De acordo com Guimarães (1977, p. 11):

A partir do momento em que algo mais do que a riqueza extrativa passa a despertar a cobiça da metrópole portuguesa, começam a apagar-se os vínculos que nos atam a pré-história. A transformação da terra conquistada em colônia de exploração exige novas instituições jurídicas, novas formas de propriedade que somente poderiam viçar sobre as ruínas das instituições primitivas.

Os primeiros séculos do processo de ocupação foram marcados pela disponibilidade de território, inicialmente fazendo uma desvinculação das tribos indígenas para uma realocação territorial e nessa redefinição do espaço dois grupos se mostraram importantes sendo eles os jesuítas e bandeirantes (Moreira, 2011).

Os bandeirantes tiveram papel crucial, pois passaram a capturar e escravizar os indígenas para o processo produtivo. As ações dos Jesuítas poderiam ser vistas como complementar a dos bandeirantes, enquanto os bandeirantes desarticulavam as comunidades indígenas, os jesuítas realocavam, essas ações eram consideradas complementares, pois rompiam com a visão de mundo dos indígenas, apresentando a cultura europeia com bases no cristianismo. Segundo Moreira (2011, p. 14), “essas ações se combinam como políticas de disponibilização espacial e de força de trabalho, a bandeirante elimina e a jesuíta preserva a presença indígena na colônia”.

Os jesuítas tinham a missão de retirar os povos indígenas das aldeias e das influências dos seus guardiões, ao fazerem isso se tornaria mais fácil para as missões jesuítas converter os indígenas ao modo de vida europeia e também ao cristianismo, assim como deixá-los a disposição para dos colonos.

O processo de formação do espaço agrário ocorreu de forma violenta, pois para que obtivesse sucesso seria necessária a mão de obra, para os trabalhos nas lavouras e nos engenhos e essa mão de obra estava nos milhões de indígenas que habitavam o Brasil, onde no início os indígenas auxiliaram e colaboraram com os colonizadores, entretanto, já não aceitavam os objetos insignificantes em troca de seu trabalho, tampouco se adaptava às novas condições de vida que eram impostas pelo engenho (Moreira, 2011).

A chamada “modernidade” que chegava à América trazia consigo o novo de uma forma perversa, assim como aponta Porto-Gonçalves (2012, p.6):

Circunstâncias que exige de cada um de nós agir-pensar a modernidade por quem a sente enquanto expulsão das terras, por quem não pode falar sua própria língua em seu próprio território e, ao mesmo tempo, tem que falar a língua dominante com outro sentimento porque a modernidade chega com a mão santa da chibata ou com o glifosato da Monsanto.

A produção de cana-de-açúcar trazia perspectivas de comércio e o local onde realizar, bastava apenas pessoas para efetivar o projeto, sendo assim adotaram o sistema de capitânicas hereditárias, que constituía em dividir o litoral brasileiro em doze setores que tinham como limite de extensão a linha imaginária determinada pelo tratado de Tordesilhas, se configurando como a primeira forma de distribuição de terras no Brasil. A elite desde o início concentrou terras, uma vez que eram entregues à nobreza grandes extensões de terra, havendo o início da concentração fundiária. Para confirmar essa questão, temos que:

A primeira forma de distribuição da terra foi o sistema de capitânicas hereditárias, pelo qual a coroa destinava grandes extensões de terras a donatários, que eram sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviços à Coroa. Em troca de favores e de tributos, eles recebiam essas concessões, obrigando-se a explorá-las e, sobretudo, a protegê-las, tendo ainda o direito de deixar para seus herdeiros essas terras. Os donatários tinham o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, que eram chamadas de Sesmarias entregues aqueles que, além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las. Isso implicava produzir gêneros comercializáveis, gerando tributos e, conseqüentemente, lucros para a Coroa. (STEDILE, 1998 p. 09).

Portanto o donatário poderia deixar essas terras como herança, distribuir a outros membros da elite para a exploração, implantava moendas e engenhos, nomeava autoridades, recebia impostos, mas também se responsabilizava por todos os gastos, introduzindo assim as bases produtivas, que geravam lucro e tributos aos portugueses. Quanto a isso Guimarães (1977, p. 11) destaca que:

[...] entravam em jogo, agora, interesses e objetivos diferentes da simples aventura da conquista que havia empolgado os traficantes e mercadores. Não se tratava apenas de vir buscar e transportar para os mercados da Europa os frutos do continente descoberto e sim de fundar aqui novas fontes de riqueza.

Esse período foi encerrado com a Lei de Terras, que tinha como objetivo a distribuição de terras por meio da compra e venda da terra, controlada pelo poder central da metrópole, que privilegiava a plantação da cana de açúcar e a criação de gado. Com isso a Lei de Terras acaba deixando sem acesso a terra os pequenos agricultores e os escravos recém-libertos. Dessa forma, as fazendas produtoras de cana, se configuraram como agente transformador e organizador do espaço agrário no Brasil.

Portanto, a política do Brasil, acaba se constituindo sob esses interesses do grande capital no campo, exercendo poder e controle sob mecanismos jurídicos e midiáticos. Esse controle definiu rumos da economia e da política do país, baseado na concentração de terras e na exploração da mais valia, transformou o espaço agrário brasileiro em um dos maiores produtores de commodities para exportação no mundo. Podemos considerar que as lavouras de cana-de-açúcar foram o ponto inicial na fundação da Colônia no Brasil, se tornando uma atividade bastante lucrativa, sendo as fazendas canavieiras o principal foco da coroa portuguesa, se transformando o elemento principal na ocupação do território.

Tudo isso contribuiu para uma sólida consolidação do capitalismo no campo hoje no Brasil. A concentração fundiária no país, a concentração de riquezas, marcas coloniais profundas, proporcionou que no Brasil se construa e se consolide uma forte hegemonia ideológica do agronegócio. Debate que aprofundaremos a seguir.

1.2 O TERMO AGRONEGÓCIO E OS SEUS PRESSUPOSTOS

O termo agronegócio significa a tradução de “agribusiness” (agricultura de negócio), desenvolvido por Ray Goldeberg, em 1957, nos EUA. Em relação ao Brasil o termo foi proposto como “agronegócio” ou “complexo agroindustrial” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A Pinanzzza em 1980.

Segundo Souza e Conceição (2008), o conceito de agronegócio persiste sendo comumente evocado como sendo sinônimo de eficiência produtiva no campo brasileiro, assenhoreando-se de toda a produção agropecuária, propalando ser capaz de assegurar os resultados positivos da economia nacional, apresentando tais resultados como justificativa para os volumosos aportes creditícios que lhe são outorgados, bem como para a manutenção

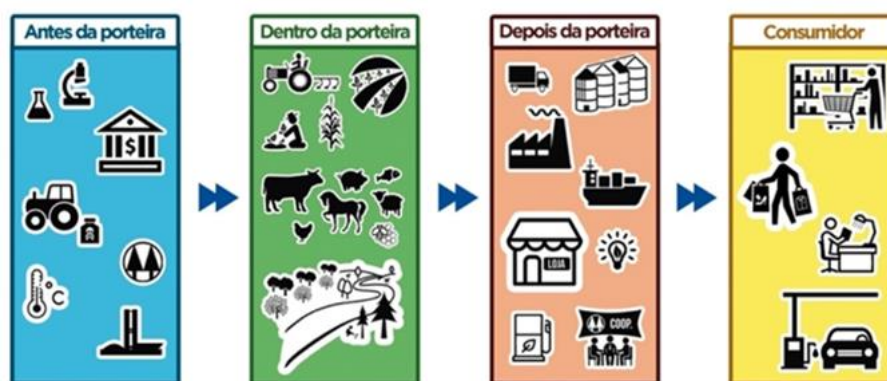
do latifúndio improdutivo, o que acaba estrategicamente postergando continuamente qualquer iniciativa de Reforma Agrária no Brasil.

O agronegócio se organiza politicamente por meio de várias instituições e entidades no Brasil, como associações a exemplo da Abag “Associação Brasileira do agronegócio”, bancadas políticas como a União Democrática Ruralista - UDR Para a Associação Brasileira do Agronegócio Da Região De Ribeirão Preto (2023), por exemplo, o “agronegócio” pode ser definido como:

A soma de todas as operações que acontecem ANTES, DENTRO e DEPOIS das porteiiras das fazendas. Começa com a pesquisa científica, passa pela produção de insumos (máquinas, implementos, adubos, defensivos etc) usados na produção agropecuária dentro das fazendas, e continua com o transporte, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até que cheguem às mãos dos consumidores em supermercados, bares, restaurantes, lojas e até postos de combustíveis. É um dos principais setores da economia brasileira e mundial, que interliga atividades rurais e urbanas, formando as chamadas cadeias produtivas. Soma-se a isso os serviços de vários profissionais e os financeiros (Associação Brasileira do Agronegócio Da Região De Ribeirão Preto, 2023).

Outra instituição importante na constituição das bases ideológicas do Agronegócio no Brasil é a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (2024) que sistematizou o funcionamento do agronegócio no campo no fluxograma abaixo:

Figura 1 – Fluxo do Agronegócio no Brasil



Fonte: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (2024)

Essa é a perspectiva do agronegócio apresentada à sociedade, entretanto, ela esconde uma perversa realidade, o embate direto com os interesses da agricultura camponesa. Enquanto o agronegócio busca maximizar os lucros e atender à demanda global, a agricultura camponesa prioriza a sustentabilidade ambiental, a soberania alimentar e a preservação das tradições culturais. Conforme observado por Souza (2020, p. 112), "a ideologia do

agronegócio muitas vezes desconsidera os impactos socioambientais e a concentração de terras, priorizando o lucro em detrimento do bem-estar social e ambiental". Portanto, é necessário um debate amplo e democrático sobre o papel do agronegócio na sociedade, especialmente em um contexto em que os livros didáticos podem influenciar a percepção e compreensão dessas questões pelos estudantes.

Muito embora nos dias atuais se use muito a palavra agronegócio, apenas há pouco mais de duas décadas essa palavra passou a ser ouvida recorrentemente no Brasil. Apesar de ser utilizada há pouco tempo possui ideologias e mitos:

A palavra agronegócio é nova (década de 1990), e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem de exploração, trabalho escravo, extrema concentração da terra, coronelismo, clientelismo, subserviência, atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país: latifúndio está associado à terra que não produz e pode ser usada para reforma agrária. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para relevar somente o caráter produtivista. Houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, 2010 apud FERREIRA 2012, p.68).

No Brasil o agronegócio é sustentado através de pilares do modo de produção dominante que causa a alienação, ou seja, para conseguir manter um bom status, o mesmo se sustenta numa ideologia que é dominante. No entanto, descrever o sentido da palavra ideologia, muitas vezes se torna complexo, porém, se torna necessário para compreender qual o sentido do agronegócio e como o mesmo dissemina seus padrões na sociedade. A palavra ideologia pode trazer muitos significados. Bezerra (2009), entende que a ideologia possui a função de conduzir a uma falsa compreensão da realidade através de mecanismos ilusórios.

[...] a concepção de ideologia assume, de uma vez por todas, a função de conduzir, à falsa compreensão da realidade. Trata-se mesmo de intervê-la por meio das ideias. Esta dimensão nefasta da ideologia só encontra êxito quando entendemos a sociedade a partir da sua divisão composta por classes. Nesse contexto a ideologia teria como função exprimir uma posição de classes a partir de mecanismos ilusórios para com o seu oponente, ou mesmo para aquele a quem se quer dominar. (BEZERRA, 2009 p.115)

Portanto a ideologia serve aos interesses de um determinado grupo, seja ela, social, política ou econômica. Dessa forma, para o crescimento do agronegócio e a ampliação das desigualdades inerentes a esse sistema, são necessárias ideologias capazes de sustentá-lo, mostrando uma realidade e excluindo outra. No que diz respeito à agricultura brasileira, é

mais favorável para o funcionamento do capitalismo se criar um imaginário que seja favorável ao agronegócio, do que à agricultura camponesa.

Através do controle de grandes corporações e do setor midiático se cria a imagem apenas de que o agronegócio é a principal fonte de capital no país, sendo chamado de “locomotiva” do país apagando toda a perversidade por trás desse modelo de desenvolvimento. Ele ainda se propaga com a bandeira de desenvolvimento regional, chamado também de bandeira do combate à fome, carrega no seu discurso uma narrativa de modernização, capaz de promover emprego no campo, entre tantos outros.

Diante disso, o agronegócio é colocado como a possibilidade para o campo brasileiro, com a ideologia de que os problemas do campo se encontram superados, tendo em vista o aumento da produtividade, desconsiderando a forte e atual questão agrária brasileira, seus conflitos e entraves sociais que marginaliza milhares de pessoas no campo. Todavia, quais agentes constroem e o que há por trás dos discursos que colocam o agronegócio nos grandes patamares da economia? Como são construídas ideologias capazes de mascarar a imagem dos latifundistas da agricultura brasileira?

Segundo Canuto (2004), o agronegócio é uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Para chegar a esse patamar o mesmo se utiliza de uma hegemonia ideológica que se sustenta a partir dos seguintes elementos:

Uma bancada ruralista ativa, com ousadia para construir leis casuísticas e desconstruir regras constitucionais; Uma Associação de Agrobusiness, ativa para mover os aparatos de propaganda para ideologizar o agronegócio na percepção popular; Um grupo de mídias – imprensa, rádio e TV nacionais e locais, sistematicamente identificado com formação ideológica explícita do agronegócio; Uma burocracia (SNCR) ativa na expansão do crédito público (produtivo e comercial), acrescido de uma ação específica para expandir e centralizar capitais às cadeias do agronegócio (BNDES); Uma operação passiva das instituições vinculadas à regulação fundiária (INCRA, IBAMA e FUNAI), desautorizadas a aplicar os princípios constitucionais da função social da propriedade e de demarcação e identificação e da terra indígena; Uma forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo pensamento empirista e completamente avesso ao pensamento crítico. (DELGADO, 2013a, p. 61).

Um exemplo clássico utilizado pela mídia são as várias empresas e agentes da indústria cultural brasileira que concorrem para ajudar a atingir seus objetivos, havendo diversos exemplos diante dos últimos anos. Um dos exemplos de maior alcance é a grande propaganda publicitária da rede globo de televisão, o maior canal aberto no Brasil e uma das

maiores mídias do mundo. A campanha do “Agro é Tech, Agro é pop, Agro é tudo” lançada em 2016 se estende até o atual momento, essa propaganda se encontra sempre se inovando, pois apresenta um conjunto de atividades com um determinado produto do agronegócio- soja, café, milho, frango, laranja, entre outros.

As bases ideológicas que sustentam o agronegócio se encontram firmadas nessa propaganda, pois desde a sua criação se repete diversas vezes durante o dia alcançando grandes grupos e ultrapassando gerações, visando à construção de uma imagem positiva do agronegócio, imagem essas que fortalecem o mito de que o agronegócio possui êxito e que é o melhor para o campo, na tentativa de esconder a verdadeira função que é produzir essas commodities.

Entretanto a mídia mascara o outro lado do agronegócio, que é as grandes concentrações de terras no país, a expulsão de trabalhadores do campo, problemas ambientais, entre outros. É por demais sabido que uma das nossas principais commodities é a soja. De acordo com a Confederação da agricultura e da pecuária no Brasil – CNA (2023) no Ranking Mundial de produção e exportação brasileiras, o Brasil é o maior produtor de soja em grãos e exportador mundial com números que atingem 58,2%. A soja também possui um cultivo com alto grau de mecanização acarretando assim o desemprego no campo, o deslocamento de trabalhadores do campo, expulsão das populações nativas, desapropriação e consequentemente o declínio das propriedades rurais.

A mídia não expõe o trabalho escravo, numa perspectiva que as mais modernas e avançadas tecnologias, ainda se utilizam de relações de trabalho como essa, pois conta com, condições de trabalho que são semelhantes ao período da escravidão. Tudo isso porque no capitalismo, sistemas como o agronegócio se sobrepõem aos direitos das pessoas, revelando assim características do processo de formação do espaço agrário, onde a sociedade e o território foram e continuam sendo explorados diante do processo produtivo.

O agronegócio agride o meio ambiente, a exemplo do sistema de produção da monocultura que é o responsável pelo desequilíbrio de diversos biomas. Ao realizar o plantio de uma única variedade, irrigação e sua adubação intensa acabam provocando um rápido desmatamento, grandes números de queimadas, erosão do solo, alterações climáticas. Quanto a isso, Canuto (2004, p.10) afirma:

O agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes.

Mediante a importância, para o livre desenvolvimento do capitalismo no campo, o agronegócio pode assim ser visto pela sociedade apenas sob a ótica produtiva. Para isso o agronegócio precisa controlar e ocupar uma série de espaços que são importantes para a construção de uma ideologia dominante para a sociedade. Sendo assim, é bem verdade que a ideologia do agronegócio também pode influenciar a escolha das temáticas e abordagens presentes nos livros didáticos.

Conforme apontado por Silva (2018, p. 72), "a hegemonia do agronegócio na economia brasileira pode direcionar os conteúdos sobre agricultura nos materiais didáticos para uma valorização das grandes propriedades e monoculturas em detrimento da agricultura familiar e dos sistemas agroecológicos". Portanto se torna importante pensarmos o livro didático enquanto um importante espaço.

1.3 O LIVRO DIDÁTICO E A ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE DESCONSTRUÇÃO DAS BASES IDEOLÓGICAS DO AGRONEGÓCIO

Ao averiguar o papel do livro didático e da escola no contexto da geografia agrária, é fundamental considerar como esses instrumentos educacionais podem atuar na construção, mas também de desconstrução das bases ideológicas do agronegócio, tema que se mostra intrinsecamente conectado à discussão anterior. Conforme apontado por Santos (2017, p. 112), "a escola desempenha um papel crucial na formação crítica dos alunos, podendo ser um espaço privilegiado para a problematização e desconstrução das visões hegemônicas sobre o agronegócio". Nesse sentido, o livro didático, enquanto material de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, possui o potencial de apresentar uma abordagem plural e crítica sobre a agricultura, contrapondo-se à ideologia dominante do agronegócio.

Além disso, autores como Gomes (2019), ressaltam que a escola tem o desafio de promover uma educação geográfica que estimule o pensamento crítico e a reflexão sobre as relações sociais, econômicas e ambientais no campo. Para tanto, é essencial que os livros didáticos adotados nas escolas abordem de forma contextualizada e problematizada as questões relacionadas à agricultura, contribuindo assim para a desconstrução das bases ideológicas do agronegócio. Dessa forma, a escola se torna um espaço de resistência e de construção de uma visão mais ampla e emancipatória sobre o campo e suas dinâmicas.

Com base no elucidado, torna-se indispensável considerarmos que o livro didático e a escola têm o potencial não apenas de desconstruir as bases ideológicas do agronegócio, mas também de promover uma visão mais ampla e inclusiva das práticas agrícolas. Como enfatiza

Freire (2016, p. 75), "a educação deve ser um processo de humanização, que permita aos educandos compreenderem criticamente a realidade e atuarem de forma transformadora sobre ela". Nesse sentido, os materiais didáticos devem buscar apresentar não apenas as dimensões econômicas da agricultura, mas também suas implicações sociais, culturais e ambientais, possibilitando aos alunos uma compreensão mais holística e complexa das dinâmicas rurais.

Essa abordagem ampliada da agricultura pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, capazes de compreender as diferentes perspectivas e interesses envolvidos nas questões agrárias e de atuar de forma crítica e responsável na busca por alternativas mais justas e sustentáveis para o campo e para a sociedade como um todo.

Portanto, ao investigar o papel do livro didático e da escola na desconstrução das bases ideológicas do agronegócio, é fundamental considerar não apenas a crítica às visões hegemônicas, mas também a construção de novos paradigmas que valorizem a diversidade, a equidade e a sustentabilidade nas práticas agrícolas.

Sabe-se que frequentar uma escola e obter conhecimento é direito de qualquer cidadão, seja qual for sua classe social, política ou religiosa. No entanto, no que diz respeito à Geografia escolar iniciada no século XIX, esta oferecia prioridades apenas às classes dominantes. E ainda de acordo com Cavalcanti (1998), esta tinha o intuito de formar cidadãos e contribuir para a difusão do nacionalismo patriótico. Mas a partir do iluminismo, esta questão passa a ser questionada. Assim, de acordo com Lopes (2020, p. 35), a burguesia se une, “[...] passando a conceber uma educação pública, universal e laica”.

Atualmente, tem-se o livro didático como importante instrumento no processo de ensino e aprendizagem. Deste modo, de acordo com Schäffer (1988), o livro didático continua sendo o grande recurso do professor em sala de aula. O mesmo enfatiza que o uso do livro didático, está associado a uma função social e pedagógica relevante.

É evidente que, em muitas circunstâncias, muitos dirão que é o professor que tem que dar conta do processo de ensino, e não o livro didático, pois “[...] o pior livro pode ficar bom na sala de aula de um bom professor, e o melhor livro desanda na sala de um mau professor”. (SCHÄFFER, 1988, p. 129).

Assim, tendo em vista que o livro didático está presente na vida de um indivíduo desde a alfabetização, o mesmo passa a ter pelo livro didático um sentimento de confiança, o que acaba por deixar o aluno vulnerável às bases ideológicas do Estado. Nessa perspectiva, segundo Schäffer (1988, p. 139), “há aí uma relação de confiança, sendo fácil inculcar no leitor infantil, através de sua ingenuidade e do despreparo do professor, mentiras que parecem verdades”.

Ainda sobre bases ideológicas que pode estar presente nos livros didáticos, destaca-se que:

Manter o controle da escola é assegurar a transmissão ideológica, na medida em que graças ao caráter persuasivo, insistente e repetitivo da comunicação educativa, torna-se possível a interiorização de idéias e modos de agir e pensar. Desde os professores até o desenvolvimento curricular, desde a seleção dos livros de texto até as metodologias utilizadas, toda a prática pedagógica, enfim, está impregnada e saturada da ideologia dominante. (GUTIÉRREZ, 1988, p. 25).

Neste contexto, é extremamente necessário que os conteúdos dos livros didáticos estejam direcionados ao cotidiano dos alunos, ou seja, que tais conteúdos não visem somente reproduzir o sistema vigente, mas que, possam partir de uma escala de análise local que permita ao aluno compreender a realidade em que vivem, conseguindo perceber que o espaço é construído, e que nesse processo de produção do espaço local e do espaço regional é possível perceber que todos os homens e a sociedade são responsáveis por este espaço, explorando novos horizontes (Callai, 1999, p. 59).

Entende-se, portanto, que, os livros didáticos e a escola desempenham um papel crucial na desconstrução das bases ideológicas do agronegócio ao proporcionarem uma educação crítica e reflexiva. Conforme argumentado por Giroux (2011, p. 45), a educação deve capacitar os alunos a compreenderem e questionarem as estruturas de poder que permeiam a sociedade, incluindo as narrativas hegemônicas do agronegócio. Nesse sentido, os livros didáticos têm o potencial de apresentar uma visão plural e multifacetada do agronegócio, estimulando os alunos a explorarem diferentes perspectivas e a considerarem os impactos sociais, ambientais e econômicos dessa atividade.

Ao discutir o agronegócio de maneira crítica e contextualizada, os livros didáticos podem contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios e dilemas associados a essa forma de produção. Segundo Araújo (2019, p. 78), uma abordagem educacional que promova a reflexão e o debate é essencial para o desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora. Dessa forma, a escola se torna um espaço de diálogo e construção coletiva do conhecimento, onde os alunos são incentivados a analisar criticamente as implicações do agronegócio e a buscar alternativas mais sustentáveis e inclusivas para o desenvolvimento rural.

Por meio de uma educação que valorize a diversidade de conhecimentos e experiências, os livros didáticos e a escola podem promover uma visão mais abrangente sobre o agronegócio. Conforme destacado por Santos (2020, p. 112), é fundamental que os

estudantes desenvolvam habilidades de pensamento crítico e análise, para que possam compreender as complexidades do agronegócio e contribuir para a construção de soluções mais justas e democráticas. Assim, ao desconstruir as bases ideológicas do agronegócio, os livros didáticos e a escola desempenham um papel essencial na formação de cidadãos mais conscientes, engajados e comprometidos com a transformação social e ambiental.

2 OS LIVROS DIDÁTICOS E A ABORDAGEM DE CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA

Neste capítulo, em um primeiro momento apresentamos uma breve trajetória do livro didático no Brasil, este que é uma importante ferramenta que auxilia os professores na preparação e na execução das aulas. Buscamos trazer também uma abordagem sobre os documentos que regem as políticas dos manuais didáticos no Brasil. Em seguida buscamos fazer uma abordagem sobre o livro didático e a geografia agrária, qual sua importância para o ensino dos conteúdos das temáticas rurais, conteúdos estes que estão presentes na vida de estudantes rurais e urbanos, em que a abordagem destes conteúdos faz parte do processo de conscientização dos estudantes, enfatizando questões como a importância do controle de poder.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é uma das ferramentas mais presentes nas salas de aula em nosso país e se caracteriza como um importante referencial para os docentes, além de assumir, muitas vezes, o papel de orientador da metodologia de ensino que é utilizada em sala de aula, assim como serve como um importante parâmetro para a definição dos conteúdos que serão ministrados. Como é apontado a seguir que o livro didático exerce quatro funções essenciais. A Função Instrumental, que se mostra relevante para essa pesquisa, de acordo com o autor, compreende que:

[...] o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Sendo assim, ainda atualmente, em pleno século XXI, esse material muitas vezes se apresenta como a principal, e até mesmo em alguns casos, a única ferramenta utilizada pelos docentes na orientação de sua prática. Isso nos salienta a relevância dos livros didáticos no processo educativo e de ensino-aprendizagem, na formação do cidadão e do ser humano, em um sentido universal. Tendo em vista a Geografia como uma das ciências humanas e pensando em seu compromisso com o reconhecimento do espaço, numa perspectiva crítica, guiamos as análises desta pesquisa a partir desse campo da ciência e dessa disciplina escolar.

Dassie (2012), Daher, Freitas e Sant'Anna (2013) e Filgueiras (2011) trazem importantes contribuições em seus trabalhos, visto que destacam as ações governamentais relacionadas ao livro didático, além de discutirem alguns movimentos que consideramos mais pertinentes para compreender como chegamos até o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em seus moldes atuais.

Na primeira metade do século XX, no período do Estado Novo (1930-1945), o ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em um documento endereçado ao presidente da república Getúlio Vargas, demonstra uma preocupação em relação à regulação da circulação de livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras:

Segundo o documento, o livro escolar era o instrumento de maior alcance da educação, pois seguia o aluno da escola ao lar e exercia função inspiradora e reguladora do trabalho docente ao interferir na ordem e seriação das lições. Para o ministro, a falta de regulamentação nacional dos livros escolares fazia com que cada estado estabelecesse o seu critério. Essa situação facilitava o uso de maus livros e permitia abusos que deveriam ser reprimidos, como a propaganda subversiva, presente nos textos preparados para uso nas escolas (FILGUEIRAS, 2011, p. 19-20).

Nesse movimento, no ano de 1937, com o Decreto Lei nº 93 (BRASIL, 1937), é criado o Instituto Nacional do Livro. No ano seguinte, o Decreto Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938), estabeleceu as condições de produção, importação e utilização do livro didático em nosso país, a partir da instituição da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que tinha como atribuição autorizar o uso dos livros didáticos nas escolas brasileiras. A criação do Decreto Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938, evidencia-nos os esforços governamentais no sentido de controlar as obras didáticas que poderiam chegar às salas de aula de todas as escolas brasileiras, sendo a primeira estrutura oficial de avaliação nacional e controle dos livros didáticos em nosso país.

Na prática, o funcionamento da Comissão passou por muitos problemas, e sua execução não se deu de forma satisfatória, chegando ao ano de 1945, com o fim do Estado

Novo e da gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, sem a publicação de nenhuma lista de livros didáticos aprovados (DASSIE, 2012, p. 96). Com a redemocratização, em 1945, a intenção de avaliar os livros didáticos é reafirmada pelo Governo Federal, visto a criação do Decreto-lei n. 8460, de 26 de dezembro de 1945 (BRASIL, 1945), como indica Dassie (2012, p. 92-93):

Essa lei, segundo sua ementa, consolidou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, e estava dividida em cinco capítulos, a saber: Da elaboração e utilização do livro didático, Da Comissão Nacional do Livro Didático, do processo de autorização do livro didático, Das causas que impedem a autorização do livro didático e Disposições gerais e transitórias.

Apesar das ações do Ministério da Educação e Saúde após 1945, que tentam sanar as dificuldades enfrentadas no processo de avaliação dos livros, é apenas em setembro de 1947 que ocorre a publicação da primeira lista de livros aprovados ou aprovados condicionalmente pela Comissão (DASSIE, 2012). A CNLD continuou a existir até ser extinta pela Portaria Ministerial n° 594, em 1969, no período da Ditadura Militar (1964-1985). Contudo, mostrava-se urgente ao governo federal à regulação dos livros didáticos devido ao grande crescimento das redes de ensino e do mercado editorial no Brasil. Nesse sentido, o governo militar cria a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático – COLTED (BRASIL, 1966), que versa em seu art. 1°:

É instituído no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático – COLTED, com a atribuição de gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso. (BRASIL, 1966)

A criação da COLTED está inserida no contexto dos acordos MEC-USAID, os quais firmavam uma concepção educacional voltada para o tecnicismo, visando alinhar o sistema educacional brasileiro com as necessidades do capitalismo internacional. Filgueiras (2011, p.161) diz que esses acordos asseguram a distribuição gratuita de cerca de 51 milhões de exemplares de livros às escolas para uso dos estudantes, garantindo o financiamento do governo nesse processo.

Identificamos, assim, um dos primeiros movimentos do poder público brasileiro no sentido de subsidiar o acesso em massa dos discentes aos livros didáticos. A partir desse momento, algumas legislações sobre a produção e distribuição de livros didáticos foram se

sucedendo. No ano de 1971, o decreto nº 68.728 (BRASIL, 1971) extingue a COLED e passa suas atribuições ao Instituto Nacional do Livro (INL), que passa a desenvolver edições de livros didáticos em parceria com editoras. Em função do término do convênio com o governo norte americano, é criado o Fundo do Livro Didático (DAHER *et al.*, 2013).

Na sequência, o Decreto nº 77.107 (BRASIL, 1976) transfere para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) a responsabilidade da edição e distribuição de livros didáticos no Brasil. Nesse momento, cabe ao governo federal a compra de uma parcela dos livros didáticos de algumas escolas da rede pública do país (DAHER *et al.*, 2013). Em resumo sobre a atuação do governo federal no período da Ditadura Militar na política pública sobre o livro didático:

O governo militar agiu em duas frentes: com a expansão do ensino, buscou atender o novo público escolar, considerado carente e sem recursos financeiros e, procurou incentivar e regular o mercado editorial brasileiro, destacadamente o setor de livros escolares. A política do livro didático a partir de 1971 garantiu um mercado razoavelmente estável para essas editoras. Com o fim da Colted e o início do sistema de co-edição, o mercado editorial se expandiu ainda mais. Com as co-edições o Estado pretendia baratear o livro escolar, entretanto, esse barateamento não se efetivou. (FILGUEIRAS, 2011, p. 228)

Com o fim de o governo militar percebeu-se a necessidade de organizar o sistema escolar que tinha, definitivamente, se expandido, mas que apresentava intensas desigualdades regionais (FILGUEIRAS, 2011). Nesse sentido, para colaborar com a solução dessas questões, em 1985 é criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) por meio do Decreto nº 91.542 (BRASIL, 1985), que em 1995 foi aperfeiçoado, ganhando seus moldes atuais com a sistematização das avaliações.

O objetivo desse programa é avaliar e disponibilizar obras didáticas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica que aderem a ele. As obras passam a ser avaliadas por equipes de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, que seguem regras determinadas no edital do programa vigente.

As fichas de avaliação são estruturadas de acordo com as políticas públicas voltadas para a educação definidas pelo modelo de sociedade pretendido pelo governo instituído naquele momento. Se aprovadas, as obras compõem o Guia do PNLD, que atualmente é disponibilizado em formato digital, com as resenhas das obras aprovadas, o qual orienta docentes, equipe pedagógica e diretiva das escolas, e atualmente também as secretarias de

educação na escolha das coleções para o período de vigência do edital, sendo a partir de 2019 definidos ciclos de quatro anos (Ramirez, 2023, p. 19).

Nesse viés, a partir do contexto e trajetória de criação desse Programa, a importância do livro didático como auxiliador na formação dos estudantes cresce no Brasil, pois o seu alcance a todos os alunos e alunas de escolas da maioria das redes públicas é assegurado pelo Estado.

Porventura, o breve histórico da trajetória do livro didático revela sua evolução ao longo dos anos, desde suas primeiras manifestações no contexto colonial até a atualidade, marcada por avanços tecnológicos e transformações no processo educacional. Ao longo desse percurso, o livro didático se consolidou como uma ferramenta fundamental no apoio ao ensino e aprendizagem, refletindo as tendências pedagógicas, as políticas educacionais e as demandas sociais de cada época.

Sua importância como mediador do conhecimento e veículo de valores culturais e ideológicos torna crucial uma análise crítica de seu conteúdo e abordagem, especialmente no que diz respeito à representação do agronegócio em contraposição à agricultura camponesa, ressaltando a necessidade de uma abordagem equilibrada e plural no contexto educacional.

2.2 O LIVRO DIDÁTICO E A GEOGRAFIA AGRÁRIA

A relevância do livro didático no ensino da geografia agrária é um tema de extrema importância no contexto educacional atual. Segundo Santos (2016), o livro didático é uma ferramenta fundamental para a transmissão de conhecimentos e conceitos, desempenhando um papel essencial na formação dos estudantes. No âmbito da geografia agrária, o livro didático pode ser um recurso valioso para abordar questões relacionadas à produção agrícola, estrutura fundiária, relações de trabalho no campo e impactos ambientais da atividade agrária.

Concernente ao elencado, a geografia agrária é uma disciplina que visa estudar as relações entre sociedade e natureza no meio rural, abordando questões como a distribuição da terra, a organização da produção agrícola e os conflitos fundiários. Conforme apontado por Haesbaert (2016), o livro didático desempenha um papel fundamental na disseminação desses conhecimentos, contribuindo para a compreensão dos alunos sobre a realidade do campo e suas transformações ao longo do tempo. Dessa forma, a escolha adequada de materiais didáticos e a abordagem crítica dos conteúdos são essenciais para promover uma formação mais ampla e reflexiva dos estudantes no que diz respeito à geografia agrária.

A abordagem do tema agrário nos livros didáticos reflete a influência de ideologias e perspectivas políticas. Autores como Freire (1987; 2002) destacam a importância de os estudantes compreenderem os atuais problemas sociais e ambientais que impactam as estruturas agrárias no Brasil, ressaltando a necessidade de uma educação crítica que promova a compreensão das relações sociais e ambientais no campo.

Nesse contexto, é fundamental analisar de forma crítica o papel do livro didático no ensino da geografia agrária, considerando não apenas a sua função de transmissão de conteúdos, mas também a sua capacidade de estimular a reflexão e o pensamento crítico dos alunos. Como ressaltado por Cavalcanti (2010), o livro didático deve ser utilizado de forma a promover o debate e a análise das contradições e desafios presentes na realidade agrária, contribuindo para uma formação mais cidadã e consciente dos estudantes em relação às questões do campo. Assim, a escolha e a utilização adequada do livro didático são aspectos fundamentais a serem considerados no processo de ensino e aprendizagem da geografia agrária.

No que tange à Geografia escolar, sabe-se que surgem questões sobre as temáticas relacionadas ao rural (agrário e agrícola), porque estão presentes na vivência dos estudantes rurais e urbanos, e ambos precisam ter conhecimento da realidade do campo e a sua complexidade. Nesse sentido, cabe à geografia levá-los a compreender o espaço produzido pela sociedade, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem, e a apropriação que essa sociedade faz da natureza (Oliveira, 1994, p. 48).

A abordagem desses conteúdos precisa ser feita como parte do processo de conscientização e desalienação necessários à formação dos estudantes como sujeitos pensantes e atuantes na sociedade. Trata-se de um ensino que contribua para uma educação que tem a função de conscientização do sujeito (Snyders, 2005) e mudança social, e torne o livro didático um aliado no processo de ensino- aprendizagem e contribua para a formação de cidadãos críticos. (Vesentini, 1998 p. 12). Sob tal foco, a forma de encaminhar a discussão de um texto deve possibilitar abertura para o questionamento e a indagação, e que por sua vez, direcione a compreensão dialética da produção do espaço agrário, produzindo um ensino crítico da geografia (Bem, 2011).

A análise do conteúdo textual realizada é fruto do trabalho de identificação do conteúdo correspondente aos temas e das temáticas que gravitavam em torno deles; da análise do conteúdo e imagens apresentados nesses materiais que, sem dúvida, visaram a melhorar e ilustrar o conteúdo trabalhado e, por fim, a avaliação de como esses conteúdos pode contribuir para a formação do pensamento crítico.

2.3 O ENSINO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA E A IMPORTÂNCIA DE CONTROLE DE SABERES

O ensino da geografia agrária desempenha um papel crucial na formação dos alunos, especialmente no Ensino Fundamental II, onde são introduzidos aos conceitos básicos e às dinâmicas do campo. A coleção "Por Dentro da Geografia", da Editora Saraiva aprovada pelo PNL D 2020, é uma importante ferramenta nesse processo educacional. Ao abordar as temáticas do campo, os livros didáticos têm o potencial de proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda das relações entre sociedade, agricultura e território (Silveira, 2018).

Uma análise cuidadosa dessa coleção revela a importância do controle de saberes na geografia agrária. Como destacado por diversos estudiosos, incluindo David Harvey e Milton Santos, o campo não é apenas um espaço de produção de alimentos, mas também um campo de disputas pelo controle dos recursos naturais e econômicos (Harvey, 1990; Santos, 1978).

Portanto, ao apresentar aos alunos as diversas formas de organização da produção agrícola e os diferentes atores envolvidos, os livros didáticos têm a responsabilidade de promover uma reflexão crítica sobre as relações de poder que permeiam o espaço rural e a questão agrária.

De acordo com Camacho (2014), no caso da questão agrária, temos a concepção de diversos autores e uma diversidade de correntes, que nos leva a conclusão que esta é uma questão que atinge a todos da nossa sociedade. Devido a isso, a mesma participa do cotidiano de todas as pessoas, podendo ser encontrada em territórios materiais e imateriais. O autor aborda que a mesma pode ser encontrada nos assentamentos, em propriedades camponesas, em propriedades do agronegócio, nas políticas públicas, nos partidos políticos, nas universidades etc.

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas commodities; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. [...]. (FERNADES, 2009 apud CAMACHO, 2014, p. 112).

Segundo Camacho (2014), entre as disputas paradigmáticas existem aquelas que dizem respeito às explicações da questão agrária. Partindo das transformações do campo, que trazem desafios para o entendimento dos elementos seja, o campesinato e a construção de uma educação adequada a sua natureza. Para o autor a análise dos sujeitos e de sua educação perpassa por dois paradigmas: paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário.

De um lado, o paradigma da questão agrária traz uma crítica aos impactos socioterritoriais que são causados pelo agronegócio, e a perspectiva para a superação desse modelo apontando para a possibilidade e a necessidade de construção de outro modelo. De outro lado, o capitalismo agrário, se tem a defesa à adaptação/integração que auxilie no processo de produção/reprodução/ acumulação de capital onde o grande produtor rural e o agricultor familiar se completam (Camacho, 2014).

Portanto ao discutirmos esses temas e conceitos em sala destacamos a importância de controle de poder, pois os mesmos trazem políticas e ideologias que estão presentes em diversas esferas de disputas territoriais do agronegócio e do campesinato. Além disso, ao discutir temas como a concentração fundiária, os impactos ambientais da agricultura moderna e as políticas agrícolas, os livros têm o potencial de despertar nos alunos uma consciência sobre a importância do controle democrático dos recursos naturais e da terra. Essa compreensão é essencial para o desenvolvimento de cidadãos críticos e engajados, capazes de participar ativamente na construção de uma agricultura mais justa e sustentável (Leff, 2016).

A educação, na perspectiva geográfica, representa uma possibilidade de construção e ampliação das aprendizagens no ambiente escolar. Para além de uma visão que privilegie de forma unilateral o ensino, o processo de aprendizagem pode ser repensado a partir do ponto de vista de quem aprende, ou seja, dialogando com o estudante enquanto sujeito pensante que vive e vivencia o lugar, seu espaço local (Da Costa Silva *et al.*, 2021, p. 25).

Assim, os seres humanos em sociedade produzem sua história e as materializam no espaço geográfico, que também é construído nas práticas sociais. As informações referentes aos lugares são fundamentais para analisar como foram construídas, tanto suas bases físicas, quanto históricas, bem como, compreender os sujeitos/grupos sociais que participam dessa construção. Assim, quando se observa uma paisagem, ela revela aspectos materiais e, principalmente, os elementos imateriais que possibilitam ao indivíduo compreender as transformações ocorridas no espaço geográfico e, ainda, questionar por que isso se materializou assim e não de outra forma (Callai, 2013).

O livro didático é sem dúvida um grande instrumento de democratização do conhecimento geográfico. Todavia, em vários livros os conteúdos curriculares fazem fortes referências às políticas neoliberais, cuja maior preocupação é formar cidadão individualista, por vezes indiferente aos problemas sociais e regionais.

De acordo com autores como (Da Costa Silva *et.al.*, 2021, p. 27), o livro didático não tem como abordar todas as temáticas envolvendo as disciplinas, o que se impõem o recorte epistemológico e didático assentado na proposição do livro. Cabe então aos professores analisarem os fundamentos teóricos dessas proposições e verificar a melhor abordagem de ensino-aprendizagem.

A primeira questão é a análise, pelos professores, do Livro Didático (LD) em suas bases teóricas, conceituais e metodológicas que guiam a lógica dos conteúdos e do ensino proposto. Desse modo, é importante conhecer o método de pesquisa adotado pelo (as) autor (es/as) dos livros didáticos e seu posicionamento teórico/político (Bem, 2011), bem como analisar como o livro aborda os distintos interesses sociais pela terra, ou seja, os latifundiários e capitalistas do campo organizam a terra como mera mercadoria, geradora de capital, especulação e poder, enquanto os camponeses possuem a terra como trabalho, morada e vivência. O autor solicita aos professores que observem a coerência da conexão entre os conteúdos, como é o caso da questão ambiental, do “uso do solo, do financiamento público, os conflitos de classe e a luta pela terra, a apropriação desigual do território e as diferentes escalas de poder local, regional, nacional e internacional” (Bem, 2011, p. 140).

Segundo Bem (2011), ao analisar o manual didático antes da escolha do LD, deve-se averiguar se os conteúdos sinalizam para a potencialidade de temas atinentes e relevantes dos processos sociogeográficos e das territorialidades que envolvem as campesinidades, os povos indígenas e as comunidades tradicionais que vivem no espaço agrário brasileiro.

Por fim, deve-se observar se o LD enfatiza a importância da agricultura camponesa/familiar para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do país. Seria interessante que os professores pudessem responder às seguintes questões:

I – O livro didático prioriza as relações sociais de produção no campo ou, os produtos do campo?

II – O(s) autor(es) faz(em) a distinção entre o modelo e o desenvolvimento territorial baseado em grandes propriedades (latifúndio) do modelo de pequenas propriedades (agricultura camponesa)?

III – Os conteúdos de geografia agrária são trabalhados de forma integradora, buscando a totalidade espacial por meio do estudo da questão da estrutura fundiária e da formação socioeconômica do país, das relações sociais de produção no campo, da monopolização do território pelas multinacionais, dos impactos ambientais causados pelo modelo do agronegócio, da resistência dos movimentos

sociais e a luta pela terra?

VI – O manual didático faz uma discussão crítica sobre a concentração de terras, buscando demonstrar ao leitor que a terra no Brasil é uma relação de poder; que existem enormes latifúndios no Brasil que pertencem a grupos empresariais de capital nacional e internacional; que a mesma gera desigualdade social e violência no campo?

V – O livro didático prioriza a necessidade de uma Reforma Agrária no Brasil, demonstrando aos estudantes a questão da sua viabilidade enquanto política de Estado, para promoção do desenvolvimento social e econômico do país, ou, se faz uso de argumentos para demonstrar os problemas de tal reforma nos dias atuais?

VI – Como a agricultura camponesa é retratada no manual didático:

- a) Como mera produtora de alimentos para o mercado interno, como símbolo do atraso, personificada na pobreza do campo?
- b) Como modelo de desenvolvimento territorial que pressupõe o incremento da população no campo, que através da produção agropecuária garante a soberania alimentar do país? (Bem, 2011, p.139).

A análise criteriosa e o posicionamento político e epistemológico dos professores são de extrema importância na seleção de livros didáticos, uma vez que essa escolha pode influenciar diretamente o que é ensinado em sala de aula, podendo privilegiar certos temas em detrimento de outros. Essa abordagem pode levar à omissão de conteúdos que refletem a realidade vivenciada pela maioria da população que vive nos campos do Brasil. Nesse sentido, é crucial que os professores estejam atentos e façam escolhas conscientes, levando em consideração a diversidade e a complexidade do meio rural (Da Costa Silva *et al.*, 2021, p. 39).

Uma alternativa viável é a produção de materiais didáticos adicionais, financiados pelas Secretarias Estaduais de Educação, que abordem especificamente os conteúdos regionais, urbanos e agrários dos estados e regiões. Esses materiais podem auxiliar os professores a ensinar aos estudantes sobre o mundo que está mais próximo deles, incluindo os lugares, o campo e a cidade, os territórios das diversas comunidades tradicionais e povos originários, assim como a importância da proteção ambiental e do uso sustentável das Unidades de Conservação (Leff, 2016, p. 79).

Esses materiais adicionais podem ser desenvolvidos por universidades e grupos de pesquisa, em colaboração com professores e comunidades locais, como parte de uma construção curricular que aproxima a universalidade do mundo ao cotidiano dos estudantes. Embora seja possível que alguns temas importantes não sejam contemplados nessas propostas regionais, essa iniciativa ainda representa uma contribuição valiosa para a produção de material didático e paradidático que aborda os lugares e as regiões dos alunos. No entanto, é importante ressaltar que isso requer investimentos públicos significativos para garantir a qualidade e a disponibilidade desses materiais em todas as escolas (Leff, 2016, p. 81).

Contudo, isso nos leva a refletir que é fundamental que a educação promova o pensamento crítico em relação às questões socioeconômicas, políticas e ambientais associadas à agricultura e ao desenvolvimento rural. Apesar da intenção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de buscar uma formação abrangente e crítica dos alunos, na prática isso muitas vezes não ocorre devido ao caráter superficial do currículo em diversos temas, especialmente na Geografia Agrária. Essa superficialidade é refletida nos livros didáticos, resultando em uma abordagem pouco crítica ou até mesmo acrítica dos conteúdos importantes, como a concentração de terras, o impacto do agronegócio e a dinâmica da agricultura familiar, entre outros (Brasil, 2020).

Essa falta de aprofundamento e crítica na educação sobre questões agrárias pode limitar a capacidade dos alunos de compreenderem os desafios e as complexidades enfrentadas pelo meio rural brasileiro. Portanto, é crucial que os currículos e materiais educacionais sejam revistos e aprimorados para garantir uma abordagem mais crítica e abrangente dessas questões, incentivando os alunos a desenvolverem uma visão mais informada e engajada em relação à agricultura e ao desenvolvimento rural (Passos, 2023, p. 70).

Por fim, percebe-se que, compreender a importância do controle de saberes na geografia agrária é essencial para uma análise crítica da realidade rural. Os livros didáticos desempenham um papel fundamental na transmissão desse conhecimento aos estudantes. Como destacado por Oliveira e Gómez (2021), a distribuição desigual do poder no campo tem consequências significativas para a organização da produção agrícola, as relações sociais e o acesso aos recursos naturais. Portanto, ao ensinar geografia agrária, é crucial que os materiais didáticos abordem essa questão de forma aprofundada, incentivando os alunos a refletirem sobre as dinâmicas de poder que moldam o meio rural brasileiro.

Ao promover uma análise crítica das relações de poder na agricultura, os livros didáticos podem contribuir para uma formação mais cidadã dos estudantes. Como ressaltado por Martins e Silva (2022), entender como diferentes atores influenciam e são influenciados pelas decisões no campo é fundamental para uma participação informada e engajada na vida democrática.

Dessa forma, os materiais didáticos devem não apenas descrever os processos agrários, mas também estimular os alunos a questionarem as estruturas de poder subjacentes e a considerar formas alternativas de organização social e econômica. Ao fornecer uma educação crítica sobre geografia agrária, os livros didáticos podem capacitar os estudantes a atuarem como agentes de mudança na busca por uma agricultura mais justa e sustentável.

Sob esse viés, Almeida e Santos (2023), a conscientização sobre o poder na agricultura pode inspirar ações coletivas para promover políticas agrárias mais equitativas e proteger os direitos dos agricultores familiares e das comunidades rurais. Destarte, investir na educação sobre o controle de poder no campo é investir no desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

2.4. A GEOGRAFIA AGRÁRIA NA COLEÇÃO POR DENTRO DA GEOGRAFIA 6° AO 9° ANO

Para colaborar com esta pesquisa foi adotada a coleção “Por dentro da Geografia” do autor Wagner Costa Ribeiro (2018) pela editora Saraiva, aprovada pela PNLD 2020, organizada através de unidades temáticas, objetos de conhecimentos e habilidades da BNCC. A obra escolhida é uma coleção voltada ao ensino fundamental II, (6° ao 9°), sendo composta por quatro livros, cada um com 4 unidades temáticas, 12 capítulos que contêm títulos e subtítulos. Na imagem abaixo podemos observar a capa da coleção em uma de suas unidades.

Figura 2- Obra “Por dentro da Geografia” (6° ano)



Fonte: Editora saraiva (2019)

O autor da coleção propõe os seguintes conteúdos para o 6º ano, dividido por unidades: Lugares de vivência e convivência; Paisagens naturais da Terra; O espaço geográfico; Espaços da produção e da circulação. Nesse livro do 6º ano os conteúdos relacionados à geografia agrária aparecem especificamente, nas unidades 3 e 4, onde a unidade três tem com o título “espaço rural”, o autor resgata na pecuária a importância da criação de animais para o início das civilizações, e um panorama dessa atividade no Brasil.

Na agricultura ressalta os diferentes tipos de agricultura e por fim apresenta a organização da produção agrícola, dividida em agricultura familiar e agropecuária industrializada. Ao abordar tal temática o autor traz o conceito básico da agricultura familiar, mas, no entanto também ressalta que a mesma é responsável pela produção da maior parte dos alimentos do mundo, como apresenta a figura 3.

Figura 3- Definição de Agricultura Familiar utilizada no Livro “Por Dentro da Geografia”.



Figura 13. Agricultura familiar em Ibiúna (SP), 2018.

Fonte: Ribeiro (2018, p.147)

O livro traz a seguinte abordagem quando se trata da agricultura familiar “A maior parte da produção de alimentos no mundo vem da agricultura familiar, incluindo o Brasil. A produção é destinada, principalmente, ao abastecimento do mercado interno. São pequenos proprietários que podem empregar máquinas e insumos agrícolas e, em algumas etapas do processo produtivo, como o preparo do terreno e a colheita, contratam mão de obra temporária. Em unidades produtivas no espaço rural classificadas como minifúndios é realizada a agricultura familiar, que é caracterizada pela produção para o consumo da própria família. Quando ocorre uma produção excedente, ela é comercializada”. (Ribeiro 2018, p.147).

Todavia ao se tratar da agropecuária industrializada o autor traz a importância da tecnologia e da biotecnologia, ressaltando a importância do melhoramento genético para

atender “exigências” do consumidor, assim como o uso das tecnologias permite a expansão de atividades em diversas áreas assim como mostra a figura 4.

Figura 4 – Abordagem da agropecuária industrializada no livro “Por Dentro Da Geografia”.

Biotechnologia
Conjunto de técnicas e processos biológicos e químicos que envolvem manipulação de organismos vivos para fabricar ou modificar produtos.

A agropecuária industrializada

Com o avanço da tecnologia, espigas de milho imunes a ataques de algumas pragas, vacas capazes de multiplicar a produção de leite e porcos com mais carne e menos gordura tornaram-se possíveis.

Esses são alguns produtos da **biotecnologia**, desenvolvidos por grandes grupos empresariais que investem na produção agropecuária. Nesse sistema, chamado de **sistema agropecuário industrializado**, passou-se a programar o destino da produção a partir do momento em que as inovações tecnológicas, como sementes e matrizes para criação de animais, saem dos laboratórios.

Tamanho e peso-padrão tornaram-se palavras-chave para os produtores de frangos, ovos e frutas, por exemplo. A produção agropecuária ficou semelhante a uma fábrica. Através do **melhoramento genético** as frutas passaram a atender a algumas exigências do consumidor, como uva e melancia sem sementes (figura 14).

Fonte: Ribeiro (2018, p.148)

Entretanto dedica a página seguinte aos impactos da agricultura industrializada, onde um dos objetivos do capítulo é refletir sobre o uso de agrotóxicos, portanto, o autor busca ressaltar que o uso de produtos químicos utilizados na agricultura moderna contamina água e solos, orientando aos professores a explicar para os alunos que o uso de venenos também ocasiona doenças aos trabalhadores, e também nos consumidores dos produtos, deixando a cargo do professor complementar a aula com diferentes abordagens sobre o assunto.

Por fim, na unidade 4 ao tratar da geografia agrária, o capítulo 10 com o título “cadeias produtivas e agricultura” traz os seguintes títulos “Produção agrícola e tecnologia”, “agricultura e indústria”, “A produção agropecuária”, “o trabalho no campo”, agricultura familiar e “A fome no mundo”, que são temas relacionados à geografia agrária.

Entretanto são temas abordados de forma superficial, pois a todo o momento, nota-se que é ressaltada a importância da produção, mas não inclui questões como a monopolização dos insumos pelas multinacionais, a flutuação dos preços dos produtos agropecuários, ao tratar das formas de trabalho no campo não é abordada as formas de exploração. Já ao abordar temas como a “agricultura familiar” a coleção explora uma descrição da mesma, não tratando da territorialização do capital no campo e a pressão para a expropriação dos agricultores familiares.

Essa falta de integração e abordagem pode limitar a compreensão dos alunos sobre as complexas relações presentes no campo. Com isso compreendemos que nesse livro do 6º ano

o conteúdo relacionado à geografia agrária está presente, porém é importante que o professor comece a estimular os alunos a perceber e refletir geograficamente essas questões complexas que envolvem o espaço agrário.

Figura 5 - Obra “por dentro da geografia” (7º ano)



Fonte: Editora Saraiva (2019)

O autor apresenta os seguintes conteúdos para o 7º ano, dividido por unidades: O território brasileiro; A sociedade brasileira; Geografia da produção no Brasil; A Geografia regional do Brasil. No 7º ano, os conteúdos da geografia agrária se encontram respectivamente nas unidades 3 e 4. Inicialmente no capítulo 8, denominado “o espaço agrário” com os seguintes títulos “A agropecuária e o agronegócio no Brasil”, “A industrialização da agricultura”, “A pecuária” “consequências socioambientais do modelo agrícola brasileiro” e por fim “A concentração fundiária e os conflitos no campo”

Entre os objetivos do capítulo estão “compreender a organização social do espaço agrário no Brasil”, “conhecer os principais produtos agrícolas produzidos no Brasil e a importância da agroindústria”, “Analisar alternativas à produção agroindustrial, como agricultura orgânica, urbana e agroflorestal”.

De início o autor aborda a agropecuária e o agronegócio no Brasil, de forma bastante superficial, limitada apenas ao conceito de cada um, deixando uma lacuna de informações mais elaboradas, considerando os temas chaves do agronegócio, tratado no livro apenas como

uma forma de produção agrícola. É importante ressaltar que o agronegócio é mais do que apenas uma forma de produção, é um sistema complexo que visa principalmente à produção de commodities para o mercado externo. Este sistema não só controla a tecnologia e o conhecimento agrícola, mas também exerce influência sobre as políticas agrícolas e econômicas.

Além disso, o agronegócio mantém uma hegemonia significativa sobre a agricultura, incluindo a agricultura familiar, que muitas vezes depende desse sistema para acesso a recursos e mercados. Uma abordagem mais detalhada e crítica dessas questões nos livros didáticos ajudariam os estudantes a compreender melhor a dinâmica e os impactos do agronegócio na agricultura e na sociedade em geral (Lima e Hauresko, 2021, p.182).

O capítulo busca em um primeiro momento abordar um espaço agrário voltado para a produção e exportação, destacando os tipos de culturas a exemplo da cana-de-açúcar, laranja, café a soja e também a pecuária; também aborda algumas consequências socioambientais do modelo agrícola brasileiro dividido em problemas sociais e problemas ambientais, com ênfase para algumas imagens da aplicação mecanizada de agrotóxicos e um mapa das regiões brasileiras que mais utilizam agrotóxicos.

Figura 6 – Abordagem dos problemas socioambientais causados pelo modelo de produção agrícola.

Problemas sociais

Os problemas sociais são muito graves, já que a plantação mecanizada para exportação, ou mesmo para produção de cana-de-açúcar, bastante utilizada para consumo interno, desemprega muita gente no campo. Como resultado, ocorre o êxodo rural, ou seja, uma migração para as cidades, que nos últimos anos foi dirigida para capitais do Nordeste e cidades médias. Parte desses trabalhadores re-



Figura 17. Plantação de soja, em Araguari (MG), 2018. A monocultura produz paisagens como essa, chamada por muitos de "deserto verde", já que poucas espécies estão presentes em uma área extensa tomada por um cultivo.

torna ao campo para atuar em atividades agrícolas sazonais (como nas etapas de semeadura e colheita), mas com deslocamentos diários, já que passam a viver nas cidades.

Além disso, como esse modelo é rentável quando praticado em larga escala, ele exige grandes áreas de cultivo (figura 17). Por isso, há uma concentração das terras nas mãos de poucas pessoas e grande número de trabalhadores rurais sem terra.

Outro problema são os financiamentos para a compra de equipamentos modernos, máquina e itens usados na produção, que deixam de fora proprietários rurais menores por não conseguirem oferecer garantias para a concessão de crédito.

Problemas ambientais: desmatamento

Do ponto de vista ambiental, o maior problema é o **desmatamento**. O Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda detém importantes áreas naturais intocadas, uma vantagem em um mundo em que a biotecnologia tende a substituir muitos produtos. Manter uma área natural é manter um acervo de informação genética que pode ser usada no futuro para desenvolver materiais, remédios e novos alimentos. Como o avanço da agricultura e da pecuária ocorre sobre áreas naturais, perde-se um rico acervo sem conhecer seu conteúdo (figura 18).



Figura 18. Criação de gado em área de desmatamento da Floresta Amazônica em Itapuã do Oeste (RO), 2017.

Fonte: Ribeiro (2018, p. 166)

Em um segundo momento o autor expõe questões de grande relevância sobre o campo brasileiro ao abordar a concentração fundiária e os conflitos no campo, a reforma agrária, assentamentos rurais e as comunidades quilombolas. Trata-se de um capítulo que discute diversas questões relacionadas ao rural, ainda assim existem lacunas que necessitam de uma maior discussão para que assim possam ser compreendidas.

A unidade 4 aborda as regiões brasileiras, onde as questões agrárias são abordadas através de atividades econômicas relacionadas à agricultura e a agropecuária, dando ênfase às potencialidades econômicas dessas atividades, suas distribuições e as tecnologias que as envolvem.

Figura 7- Obra “por dentro da geografia” (8º ano)



Fonte: Editora saraiva 2019

Para o 8º ano o livro propõe os seguintes conteúdos, divididos nas seguintes unidades temáticas: Globalização; População mundial; A América: desafios na economia global; África: da colonização à globalização. Para o 8º ano não existe uma unidade específica da geografia agrária, contudo nesta série se torna necessário que os estudantes compreendam os padrões econômicos dos países, questões que envolvem o desenvolvimento tecnológico e como o mesmo impacta nos meios de produção, como o agronegócio se utiliza dessas tecnologias, e as características dos países latino-americanos.

Podemos observar que as questões agrárias aparecem, quando são abordados os aspectos econômicos dos países assim como mostra a figura 8, em que muitas vezes ficam restritas às produções agropecuárias e como estas se relacionam com as indústrias. O livro analisado traz uma breve discussão sobre o uso de tecnologia no setor agrícola, mas se resume apenas aos alimentos que são modificados geneticamente não propondo uma discussão sobre os conflitos no campo, ficando a cargo dos professores trazerem variadas interpretações para que esses assuntos sejam abordados.

Figura 8- Abordagem de questões agrárias no 8º ano.

O uso agropecuário do espaço

Os Estados Unidos apresentam uma diversificada produção agrícola (figura 17). O país está entre os principais produtores de soja, algodão, trigo e milho do mundo, além de também contar com um dos maiores rebanhos de gado bovino e suíno.



Fonte: Ribeiro (2018, p.174)

Outro ponto a ser elucidado diz respeito aos conteúdos relacionados ao agrário no 8º ano, pois ficam restritos às formas de produção dos países, em que na maioria das vezes o aprendizado não está direcionado a questões como o acesso à terra, desempregos e desigualdade.

Figura 9- Obra “por dentro da geografia” (9º ano)



Fonte: Editora Saraiva 2019

Para o 9º ano são apresentados os seguintes conteúdos, dividido em 4 unidades: Mundo contemporâneo; Europa: o velho mundo se renova; Ásia: novo polo da economia; Oceania e as zonas polares. Assim como no 8º ano, o 9º ano não possui uma unidade temática específica da geografia agrária, entretanto na unidade temática denominada “Mundo do trabalho” possui as habilidades que relaciona o processo de urbanização as transformações da produção agropecuária e do desemprego; e aborda a desigualdade de alimentos mundialmente, apontando assim as contradições capitalistas, onde aponta que o problema da fome não é atrelado a produtividade, mas, sim a transformação de alimentos em mercadoria.

Por fim, podemos observar que nestes livros direcionados ao Ensino Fundamental-Anos Finais, os conteúdos da geografia agrária são integralizados, porém com uma abordagem muitas vezes descritiva, ficando a cargo do professor ser o responsável por trazer uma abordagem crítica desses problemas sociais.

3 OUTRAS POSSIBILIDADES NA ABORDAGEM DE CONTEÚDOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: PARA ALÉM DO LIVRO DIDÁTICO

Diante dos questionamentos acerca da ideologia do agronegócio presente na nossa sociedade e os conteúdos agrários presentes no livro didático, este capítulo possui a finalidade de abordar diferentes alternativas e recursos metodológicos para que os conteúdos agrários sejam abordados diante da prática em sala de aula, com o intuito de desenvolver o pensamento crítico dos educandos mediante os problemas agrários presentes na sociedade.

A importância da inserção da questão agrária no ensino da Geografia em sala de aula se torna cada dia mais relevante. Para isso, o uso de recursos e tecnologias se torna uma importante ferramenta para o ensino, tornando a disciplina uma parte do cotidiano dos alunos. Sabemos que no mundo moderno e com o uso das novas tecnologias as formas de aprendizagem se tornam ilimitadas, para isso é importante que o professor possa ir além das propostas do livro didático, mas também usá-lo como aliado em suas aulas.

3.1 SUPERANDO AS LIMITAÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO: O PAPEL DO PROFESSOR CRÍTICO

Ao longo da formação docente compreendemos que a geografia como disciplina escolar é responsável por mostrar aos estudantes diferentes leituras do mundo em que vivem para isso o professor constrói junto ao aluno conhecimentos e habilidades, onde são

envolvidos diferentes caminhos para que o aluno possa compreender os fenômenos do espaço geográfico. Diante disso o livro didático é um recurso bastante utilizado, muitas vezes o único material didático que o professor encontra na escola.

Sob esta concepção, o professor pode utilizar diferentes meios para abordar os temas da geografia agrária em sala de aula, complementando os conteúdos que já se encontram no livro, desmistificando, trazendo outra perspectiva e também diferentes abordagens mediante aquilo que pretende desenvolver com os educandos. Nesse contexto, a formação acadêmica, o tempo disponível para preparação das aulas, a autonomia em sala de aula, a intervenção no processo educativo, se tornam indispensáveis para a prática docente.

Apesar de o livro didático muitas vezes ser um material desacreditado por muitos docentes, especialmente nos contextos da universidade e em pesquisas, o mesmo continua sendo a principal fonte de planejamento dos professores. Diante disso é importante considerarmos que o professor busque novos caminhos que auxiliem a complementar os conteúdos que são muitas vezes resumidos, com bases ideológicas e políticas. Nesse sentido, Tonini e Goulart (2017, p. 260, grifo nosso) propõem:

Criar linhas de fuga para ensinar/aprender Geografia com o livro didático, ou seja, adentrar nos espaços de fuga produzidos pelo próprio livro. Esta fuga não é abandonar o livro¹, deixa-lo de lado e ir em busca de outros recursos para substituí-lo. É usar o próprio livro para criar outros caminhos possíveis para ensinar. Este é o sentido da fuga. Fuga do que está inscrito no livro por não atender, não acolher as perspectivas pelas quais o professor quer tratar uma temática. É estar numa fronteira com a temática e realizar um movimento de ziguezaguear por ela e com ela. Este movimento de ir e vir vai abandonar, trazer, adaptar e alargar o que seja interessante e necessário para a ação pedagógica.

É importante nos atentarmos para o fato de que nem sempre o livro didático que chega às escolas atendem as especificidades de cada professor. No entanto, muitas vezes o professor não possui a escolha de não utilizá-lo, pois é o guia que os alunos possuem em sala de aula e em casa. Desse modo, através do livro didático o professor, mediante a sua formação docente pode buscar diferentes caminhos para ensinar a Geografia agrária, diante das realidades presentes no cotidiano dos educandos.

Enfatizamos nesta pesquisa o quanto é importante trabalhar as realidades cotidianas dos alunos através da educação. No entanto ao enfatizarmos a geografia agrária e os impactos provenientes do agronegócio, assim como foi ressaltado no primeiro capítulo deste trabalho, o mesmo se sustenta através de diferentes formas de alienação da sociedade. Dessa forma, o livro didático se torna um espaço de disputa entre a ideologia do agronegócio e o

campesinato. Diante disso é fundamental que o professor direcione os alunos de forma crítica diante dessas diversas questões presentes na sociedade.

3.2 SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS E PROPOSTAS DE AULAS

Segundo Schncuwly & Dolz (2004 apud Queiroz, 2019, p. 149), “uma sequência didática é o conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. Para Zabala (1998, p. 18), a SD é definida da seguinte forma “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”. Sendo assim, as sequências didáticas são uma organização de ações que podem ser aplicadas, em sala de aula, para que auxilie o professor a atingir o objetivo de ensino de um determinado conteúdo.

No nosso segundo capítulo da pesquisa, abordamos os temas agrários presentes na coleção de livros “por dentro da Geografia” da editora Saraiva, assim como encontramos os principais destes no quadro 01:

Quadro 01: conteúdos agrários presentes na coleção: “Por dentro da Geografia”.

Temas	Unidade Temática	Série
Espaço rural	O espaço Geográfico	6°
Agricultura familiar	O espaço Geográfico	6° e 7°
A fome no mundo	Espaços de produção e circulação	6°
O trabalho no campo	Espaços de produção e circulação	6°
O agronegócio no Brasil	Geografia da produção no Brasil	7°
Concentração fundiária e os conflitos no campo	Geografia da produção no Brasil	7°

Reforma agrária e assentamentos	Geografia da produção no Brasil	7º
A modernização da agricultura	Geografia da produção no Brasil	7º

Fonte: Organizado pela autora (2024)

Buscamos propor quatro sequências didáticas que auxiliem os professores de Geografia, com um enfoque principal nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) onde os professores podem adaptá-las de acordo com as necessidades de cada turma para que assim ocorra uma maior participação e envolvimento das turmas nas aulas. Estas sequências podem também auxiliar os professores a complementar os conteúdos abordados nos livros didáticos.

3.2.1 “TEMA: ESPAÇO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR”

A primeira sequência proposta traz os conteúdos que envolvem o espaço rural e a agricultura familiar. Ao abordar o espaço rural a intenção da aula não será apenas reconhecer a importância da pecuária no Brasil, assim como conhecer os diferentes sistemas de agricultura e de organização de produção. Ao tratar dos diferentes sistemas de agricultura traremos um enfoque para a agricultura familiar como a responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no país. A intenção principal da aula é levar os educandos a compreender as consequências sociais, econômicas e ambientais causadas pela pecuária, agricultura industrializada, assim como o uso de agrotóxicos.

Objetivos:

- Entender como funciona a agricultura e a pecuária;
- Compreender a importância da agricultura familiar na produção dos alimentos;
- Refletir sobre os problemas sociais, econômicos e ambientais causados por essas atividades;

Tempo estimado: 5 aulas de 50 minutos.

Recursos didáticos e materiais necessários: Internet, projetor de tela, notebook, caixa de som, textos, folhas com atividades previamente elaboradas e aula expositiva dialogada.

Desenvolvimento:

1. Aula expositiva com uma introdução sobre a pecuária e os diferentes sistemas de agricultura, trazendo enfoque para a agricultura familiar e a sua importância, em que a turma pode acompanhar através de textos impressos ou se possível de livros didáticos.
2. Em um segundo momento o professor deverá fazer um levantamento acerca dos conhecimentos prévios dos alunos sobre os diferentes problemas advindos dessas atividades.
3. Na terceira aula para trazer reflexões acerca da temática será exibido o documentário “O mundo segundo a Monsanto” (01 h 48 min) produzido por Marie- Monique Robin em 2008 disponível na plataforma YouTube . O documentário mostra a história da principal fabricante de organismos geneticamente modificados (OGM), onde grãos de milho, soja e algodão se espalham pelo mundo, colocando a saúde de pessoas em risco, contaminando o meio ambiente, apesar de diversos alertas ambientalistas.
4. Na última aula proposta nesta sequência, o professor deverá trazer uma atividade interpretativa que permita os alunos destacarem questões vistas nas aulas e no filme. Quais impactos da agricultura industrializada, como os governos deveriam se posicionar acerca do consumo de alimentos transgênicos? Quais são os impactos da biotecnologia para os seres humanos?

Outras sugestões para trabalhar esses temas:

- Documentário: “Chico Mendes – eu quero viver” traz registros feitos em 1985 e 1988, disponíveis na plataforma YouTube que mostra a trajetória de Chico Mendes, líder seringueiro no Acre, em defesa da Amazônia.

3.2.2 TEMA: “O TRABALHO NO CAMPO E A FOME NO MUNDO”

A segunda sequência aborda as relações de trabalho no campo, trazendo discussões acerca das diferentes formas de trabalho, partindo dos camponeses ao trabalho em parceria, assalariado e temporário. Para trabalhar essa temática serão abordadas questões como a exploração do trabalhador rural, desemprego e migração, muitas vezes negligenciados. Através dessa sequência também será abordado sobre o problema da fome no Brasil e no mundo, problema este muitas vezes mencionado como sem solução, apesar dos altos níveis de produtividade dos alimentos.

Objetivos:

- Analisar as diferentes relações de trabalho existentes no campo;
- Apresentar os impactos das tecnologias nas relações de trabalho no campo e a substituição do trabalhador por máquinas;
- Refletir os diferentes impactos da fome no Brasil e no mundo.

Tempo estimado: 4 aulas de 50 minutos.

Recursos didáticos e materiais necessários: Acesso a Internet para eventuais pesquisas, textos e aula expositiva.

Desenvolvimento:

1. Inicialmente o professor deverá fazer uma sondagem com a turma acerca do conhecimento prévio dos alunos sobre os temas que serão trabalhados.
2. Em seguida, o professor deverá trazer uma aula expositiva que problematize historicamente as relações de trabalho no campo, que apesar dos altos níveis de produção são visados apenas o lucro, não contribuindo para acabar com a fome no Brasil e no mundo.
3. Será realizada uma atividade avaliativa em sala, onde os alunos serão divididos em duplas e cada dupla deverá escrever um texto que aborda as relações de trabalho no campo e a fome no mundo.
4. O professor deve explicar quais aspectos o texto deve ressaltar, tempo estimado para a escrita e apresentação.
5. Na última aula da sequência, a sala deve ser organizada em círculo, onde as duplas devem expor as diferentes questões ressaltadas nos textos.

Outras sugestões para trabalhar esses temas:

- Música: “Morro velho” canção composta por Milton Nascimento, com a versão cantada por Elis Regina, disponível nas plataformas YouTube, spotify e demais aplicativos de músicas.
- Obra literária: “vidas secas” de Graciliano Ramos a obra é conhecida como um dos maiores clássicos da literatura nacional, a mesma narra a história de um retirante e os problemas advindos da seca, exploração do trabalho e abuso de poder.

3.2.3 TEMA: “O AGRONEGÓCIO NO BRASIL”

A proposta desta sequência é compreender o termo agronegócio, como este sistema funciona na nossa sociedade, discutindo questões que envolvem os impactos socioambientais. Assim como debater questões como a concentração de terras, trabalho escravo, a expulsão dos trabalhadores do campo, a expulsão da população nativa e o declínio das propriedades rurais. A intenção dessa aula é trazer para os alunos uma nova percepção desse sistema rompendo os paradigmas que são impostos na sociedade, diante um contexto de perseguições e violações dos direitos de quem luta pelas terras.

Objetivos:

- Estimular o senso crítico dos educandos;
- Discutir problemas que envolvem o campo;
- Compreender questões socioambientais que envolvem o espaço rural;

Tempo estimado: 4 aulas de 50 minutos.

Recursos didáticos e materiais necessários: Quadro branco, pincel, lápis, livro didático e computadores com acesso a internet.

Desenvolvimento:

1. Aula expositiva sobre o assunto em sala de aula, onde os alunos devem ter o primeiro contato com o tema, através do esclarecimento de dúvidas mediante a exposição de um resumo sobre o agronegócio elaborado pelo professor no quadro branco.
2. Dividir a turma em grupos, para que na sala de informática cada grupo realize a atividade solicitada.
3. Na sala de informática, solicitar que os alunos acessem ao “Atlas do agronegócio 2018”, onde irão encontrar um texto que traz a discussão de vários temas ligados ao agronegócio no Brasil, para que assim os mesmos possam se familiarizar com a ferramenta.
4. O professor deve explorar junto aos alunos esse atlas, através da exposição de diferentes temáticas presentes neste atlas.
5. O professor deverá solicitar que cada grupo escolha um tema presente no atlas, como os latifúndios, agrotóxicos no Brasil, tecnologia agrícola, biofortificação.

6. Cada grupo deve listar e escrever um texto com as principais informações coletadas na pesquisa.
7. Ao voltar para a sala cada grupo deve expor as informações coletadas na pesquisa.

Outras sugestões para trabalhar esse tema:

- Documentário: “o veneno está na nossa mesa- parte I e II” na direção de Silvio Tandler, lançado em 2001 disponível na plataforma YouTube, traz diversas problemáticas acerca do uso intensivo de agrotóxicos na agricultura e em como a população brasileira se alimenta mal devido ao agronegócio.

3.2.4 TEMA: “CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA; CONFLITOS NO CAMPO; REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS”

A sequência a seguir aborda em um primeiro momento a concentração fundiária brasileira, uma das maiores do mundo. No nosso país existem grandes propriedades de terras, no entanto do ponto de vista histórico, desde a ocupação do território brasileiro, essas terras se encontram distribuídas nas mãos de poucos proprietários, os latifundiários. Essa formação se deu desde o período da colonização, onde se formaram as grandes propriedades monocultoras, responsáveis por exportarem os produtos agrícolas, persistindo assim até os dias atuais, se configurando como um dos principais problemas socioeconômicos do Brasil. Relacionando assim com os movimentos de resistência presentes no campo devido ao modelo de agricultura do país.

Objetivos:

- Conhecer o processo de formação do espaço agrário brasileiro;
- Refletir sobre as consequências da concentração fundiária no Brasil;
- Relacionar a concentração fundiária, os conflitos no campo e a luta por uma reforma agrária.

Tempo estimado: 4 aulas de 50 minutos.

Recursos didáticos e materiais necessários: Internet, livros didáticos, caixa de som para reprodução da música, cópia da letra da música.

Desenvolvimento:

1. No início da aula, o professor fará um levantamento prévio dos conhecimentos dos alunos sobre o tema proposto para a aula;
2. Em seguida expor o conteúdo em sala de aula, problematizando questões que envolvem os temas propostos, dialogando com os alunos e levantando questões para que ocorra a participação dos alunos.
3. Na aula seguinte apresentar para os alunos a música “Assim já ninguém chora mais” do autor José Pinto. O professor deve entregar para os alunos a cópia da letra da música para que estes possam acompanhar ao escutá-la.
4. Ao finalizar a música, deve ocorrer um diálogo entre os alunos e o professor, de acordo com a interpretação da música e a relação com o assunto estudado e questões apontadas nos livros didáticos.
5. No final da sequência o professor pode sugerir que os alunos pesquisem outras músicas que envolvam a temática.

Outras sugestões para trabalhar esses temas:

- Filme: “Expedito: em busca de outros nortes” conta a história de lavradores, madeireiros, pistoleiros, comerciantes e garimpeiros que buscavam dinheiro e até mesmo um pedaço de terra, migrando para a Amazônia durante a década de 1970. Expedito Ribeiro, trabalhador rural de Minas Gerais, embarca nessa jornada junto com sua família, guiado pela notícia da reforma agrária no sudeste do Pará, enfrentando diversas ameaças dos fazendeiros locais.

3.2.5 TEMA: “A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA”

No Brasil as mudanças registradas na produção rural fazem parte da modernização da agricultura. A modernização da agricultura trouxe mudanças na produção agrícola assim como nas relações de trabalho no campo. No entanto, esse processo de modernização ocorreu de forma desigual, variando também de acordo com o produto cultivado, seja em cultura permanente, ou cultura temporária. Portanto, esta sequência permite que os alunos entendam a evolução da atividade agrícola no Brasil.

Objetivos:

- Entender as consequências da modernização do campo para os trabalhadores rurais;
- Analisar a evolução da atividade agrícola;

- Relacionar a agricultura com a atividade industrial.

Tempo estimado: 3 aulas de 50 minutos.

Recursos didáticos e materiais necessários: Quadro, pincéis, livro didático, jogo de cartas previamente elaborado pelo professor.

Desenvolvimento:

1. Para trabalhar esse assunto, sugerimos nesta pesquisa um jogo de cartas previamente elaboradas pelo professor onde o principal objetivo é a participação da turma durante a aula.
2. Em um primeiro momento da aula o professor deve apresentar o conteúdo para os alunos, abordando as principais questões acerca do tema e dialogando com a turma.
3. Logo em seguida a turma deve ser dividida em grupos, após a formação dos grupos o professor deve fazer um sorteio para escolher a ordem dos grupos para responder às perguntas.
4. Será entregue ao primeiro grupo uma carta contendo uma pergunta sobre o assunto estudado, após o grupo responder, será feita uma discussão com o restante dos grupos para que entendam cada uma das perguntas e assim sucessivamente.
5. Cada grupo deve responder ao máximo de perguntas, para que no final da aula compreendam o assunto de fato.
6. Por fim deve ser avaliado o comportamento e o engajamento da turma na dinâmica. O professor perceberá que o conteúdo foi devidamente explicado e os alunos poderão ter uma visão mais ampla das aulas de Geografia.

Outras sugestões para trabalhar esse tema:

- Documentário: “Estado de resistência” na direção de Berenice Mendes, lançado em 2007 tem como temática uma denúncia contundente ao processo em curso de condicionamento dos solos para o cultivo agrícola, padronização de hábitos alimentares, e uso da transgenia no Paraná.

As sequências didáticas apresentadas nesta pesquisa foram construídas através de meses de estudo e também com as experiências em sala de aula, com o intuito de contribuir nas possíveis preparações de aulas de professores de Geografia, organizar essas sugestões de aulas sobre as temáticas que envolvem o meio rural, são de total importância para que os

alunos compreendam sua realidade através de diferentes experiências, sejam através do lúdico, reflexões e interpretações pessoais.

Portanto, organizar esse estudo das temáticas do campo, possibilita aos alunos entender a geografia agrária de forma detalhada devido às estratégias das sequências didáticas. O professor mediante sua formação acadêmica constrói diferentes formas de conhecimentos através de estratégias durante as aulas para que os alunos possam compreender os conteúdos, complementando os conteúdos abordados nos livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesta pesquisa, compreendemos que no Brasil existe uma grande disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Essa disputa teve suas raízes no processo histórico de formação do espaço agrário brasileiro, um país que desde o período colonial com a invasão dos portugueses possui o papel de produtor de commodities e que após vários séculos os resquícios desse Brasil colônia ainda se perduram no nosso país devido condições que culminaram a concentração fundiária do país.

Ao abordarmos a disputa entre o agronegócio e a agricultura camponesa, entendemos que o agronegócio é conhecido como sinônimo de produtividade, trazendo assim diversos resultados para a economia. No entanto, o mesmo possui diversas problemáticas devastadoras que são ocultadas. Para isso o mesmo se utiliza de uma ideologia dominante através de elementos como a mídia, a bancada ruralista entre tantos outros.

Através desse trabalho buscamos entender o papel do livro didático como um importante instrumento de construção e desconstrução de bases ideológicas do agronegócio. Onde buscamos trazer ênfase para uma coleção de livros didáticos aprovados pela PNLD para o ano de 2020. Propomos como objetivo geral deste trabalho abordar como a ideologia do agronegócio está presente na sociedade por meio dos livros didáticos. Em conclusão podemos considerar que tal objetivo foi cumprido, uma vez que construímos ao longo da pesquisa diversos argumentos que mostram para os leitores como esse sistema se encontra presente na sociedade e suas formas de alienação.

Através do exposto nesta pesquisa compreendemos como a ideologia do agronegócio está presente na nossa sociedade, assim como, também é possível ensinar os temas da geografia agrária dialogando com o livro didático. Nessa perspectiva a figura do professor se torna essencial, para que assim os conteúdos possam ser problematizados durante as aulas, contribuindo na formação do aluno mediante os problemas da sociedade.

Buscando contribuir com o ensino de geografia foram elaboradas cinco sequências didáticas com temas da geografia agrária. Essas sequências podem ser utilizadas como estratégias de ensino por professores com turmas do Ensino Fundamental II, para que assim possam complementar as aulas.

Por fim, consideramos que todos os objetivos dessa pesquisa foram cumpridos, no entanto esse estudo é apenas um início para outros debates sobre esse tema. Espera-se ainda, que essa pesquisa desperte nos profissionais de geografia, a atenção para o ensino das temáticas do campo, sempre na busca do aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz da Silva; SANTOS, Maria Luana. **A conscientização sobre o poder na agricultura e sua relação com a promoção de políticas agrárias equitativas**. Revista Brasileira de Geografia Rural, v. 35, n. 4, p. 80-95, 2023.

ARAÚJO, E. L. **Educação crítica**: Perspectivas teóricas e práticas pedagógicas. Campinas: Editora Autores Associados, 2019. p. 78.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. Conceito. Ribeirão Preto: ABAGRP, 2023. Disponível em: <https://www.abagr.org.br/conceito>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Atlas do Agronegócio 2018. Disponível em: https://www.fesbrazil.org/fileadmin/user_upload/2020/03_Atlas_do_Agronegocio/Atlas_agro_negocio_2018.pdf; Acesso em: 26 jun. 2024.

BARBOSA, T. **Ensino de geografia**: novos e velhos desafios. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 32, p. 23-40, jan./jun. 2010.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia**: contribuições teóricas. Revista NERA, Presidente Prudente - SP, ed. 14, 2009.

BEM, Anderson. **A geografia agrária nos livros didáticos**: primeiras aproximações para uma crítica do conteúdo que se ensina na escola. Revista GEOPUC, Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação -Secretaria de Educação Básica –Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNLD 2020: Geografia –Guia de livros didáticos. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2019. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020-geografia.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 18 de agosto de 1985. Cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 ago. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-18-agosto-1985-439441-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938, que Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL.Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia**. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 1999.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo** / Rodrigo Simão Camacho. - Presidente Prudente: [s.n.], 2014.

CANUTO, A. **Agronegócio** – exclusão pela produtividade. In: CNBB. Mutirão por um novo Brasil: temas em debate. Brasília: CNBB, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Campinas: Papirus, 2010.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa, v. 30, p. 549-566, 2004.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-batem-recorde-no-primeiro-trimestre-de-2024-e-atingem-us-37-44-bilhoes>. Acesso em: 02 jul. 2024.

DA COSTA SILVA, Maria José et al. **Educação e práticas pedagógicas em geografia**. São Paulo: Editora XYZ, 2021.

DAHER, Del Carmen; FREITAS, Luciana Maria Almeida de; SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. **Breve trajetória do processo de avaliação do livro didático de língua estrangeira para a educação básica no âmbito do PNLD**. Revista Brasileira de História da Educação: São Paulo, 2013.

DASSIE, Bruno Alves. **A Comissão Nacional do Livro Didático após 1945 e os livros de matemática aprovados para uso no ensino secundário**. Revista HISTEDBR On-line: Campinas São Paulo, 2012.

DELGADO, G.C. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto de poder com os donos da terra**. In Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Ed. Especial Julho de 2013, p. 61-68. Disponível em: Acesso em: 01 mar. 2024.

FERREIRA, Gustavo. **O agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território**. Revista GEOGRAFIA EM QUESTÃO, v.05, p.66-82, 2012.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10290> Acesso em: 15 mar. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 52. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GIRROUX, H. A. **On Critical Pedagogy**. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2011.

GOMES, Sandra; MELO, Francymonni Yasmim Marques de. **Por uma abordagem espacial na gestão de políticas educacionais: equidade para superar desigualdades.** Educação & Sociedade, v. 42, p. e234175, 2019.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUTIÉRREZ, Francisco. **A educação como práxis política.** São Paulo: Summus, 1988.

HAESBAERT, Rogério. **O papel do livro didático na disseminação do conhecimento em geografia agrária.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Geografia, v. 15, n. 4, p. 100-115, 2016.

LEFF, Enrique. **A contribuição dos livros da coleção "Por Dentro da Geografia" para uma compreensão crítica da geografia agrária.** In: Anais do Congresso Nacional de Educação Geográfica, v. 25, n. 1, p. 75-90, 2016.

LIMA, Mauro; HAUTESKO, Ana. **Agronegócio e Agricultura Familiar no Brasil: Desafios e Perspectivas.** São Paulo: Editora Agrícola, 2021.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **As origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII.** São Paulo: Autêntica, 2020.

MARTINS, Ana; SILVA, João. **A importância da compreensão das relações de poder no campo para uma participação democrática informada.** Revista de Geografia Social, v. 30, n. 2, p. 45-60, 2022.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação.** São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia: fundamentos da análise espacial.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, J. R.; GÓMEZ, S. **Distribuição desigual do poder no campo: consequências para a organização da produção agrícola, relações sociais e acesso aos recursos naturais.** 2021.

PASSOS, José. **Educação e Desenvolvimento Rural: Uma Abordagem Crítica.** Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2023. P. 70.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala.** In: Conceptos^[1] y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo. 2012. p. 01-22.

QUEIROZ, M. C. **Temática de campo no ensino de Geografia: abordagens e práticas.** São Paulo: Editora Geográfica, 2019.

RAMIREZ, Joana. **O discurso sobre a Questão Agrária nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio: uma análise crítica.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Geografia, v. 10, n. 2, p. 10-25, 2023.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1938.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Por dentro da geografia, 6º ano : ensino fundamental, anos finais / Wagner Costa Ribeiro . – 4.. ed. – São Paulo : Saraiva, 2018.*

RIBEIRO, Wagner Costa. *Por dentro da geografia, 7º ano : ensino fundamental, anos finais / Wagner Costa Ribeiro . – 4.. ed. – São Paulo : Saraiva, 2018.*

RIBEIRO, Wagner Costa. *Por dentro da geografia, 8º ano : ensino fundamental, anos finais / Wagner Costa Ribeiro . – 4.. ed. – São Paulo : Saraiva, 2018.*

RIBEIRO, Wagner Costa. *Por dentro da geografia, 9º ano : ensino fundamental, anos finais / Wagner Costa Ribeiro . – 4.. ed. – São Paulo : Saraiva, 2018.*

SANTOS, Aline Teles; MIRANDA, Elinaldo Ferreira. **Educação do rural versus educação do campo: paradigmas e controvérsias**. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, v. 6, n. 6, 2017.

SANTOS, Adilson Fideles dos. **A geografia agrária: uma análise no discurso do livro mais distribuído pelo PNLD 2015 a 2017**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020. p. 112.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 16, p. 3-16, 1988.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, Ana Beatriz. **Geografia e Agroecologia: Contribuições para uma Educação do Campo**. Editora CRV, 2018.

Silveira, L. M. (2018). A educação do campo e os livros didáticos: potencialidades e desafios. In M. A. Caldart, I. I. Pereira, & E. F. Nunes (Eds.), *Educação do campo: teoria e prática* (pp. 45-67). São Paulo: Editora Expressão Popular.

SOUZA, S; Conceição A. **As novas estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio**. Revista PEGADA – vol.9 n.1, junho 2008.

SOUZA, Ricardo Carvalho de. **Educação Geográfica Crítica: Desafios e Perspectivas**. Editora Appris, 2020.

STEDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1998.

TONINI, I.; GOULART, M. **Geografia escolar e livro didático: possibilidades de abordagem crítica**. São Paulo: Editora Geográfica, 2017.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SITES

<https://www.abagr.org.br/conceito> Documentários e filmes
O Mundo Segundo a Monsanto. Direção: Marie-Monique Robin, 2008.
Disponível em: <https://www.youtube.com>; . Acesso em: 26 jun. 2024.

Chico Mendes – Eu Quero Viver. Registro de 1985 e 1988. Disponível em:
<https://www.youtube.com> ;. Acesso em: 26 jun. 2024.

O Veneno Está na Nossa Mesa – Parte I e II. Direção: Silvio Tendler, 2001. Disponível em:
<https://www.youtube.com> ;. Acesso em: 26 jun. 2024.

Expedito: Em Busca de Outros Nortes. Direção: Maria de Carvalho, 2004.

Estado de Resistência. Direção: Berenice Mendes, 2007.

MÚSICAS

NASCIMENTO, Milton. Morro Velho. Versão cantada por Elis Regina. Disponível em
:<https://www.youtube.com> ;. Acesso em: 26 jun. 2024.

PINTO, José. Assim Já Ninguém Chora Mais. Disponível em: <https://www.youtube.com> ;.
Acesso em: 26 jun. 2024.